



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTA DE GERÊNCIA 2016



GONDOMAR
é de ouro

MUNICÍPIO DE GONDOMAR



Índice Geral

1. Mensagem do Presidente	7
2. Introdução.....	9
a. Órgãos do Município	10
b. Estrutura Orgânica do Município	12
3. Análise Orçamental.....	14
a. Execução Global do Orçamento.....	14
b. Grau de execução orçamental.....	16
c. Receita.....	17
d. Encargos com Empréstimos Bancários	26
e. Transferências Correntes	27
f. Grandes Opções do Plano	29
4. Situação Económico-Financeira.....	33
a. Análise do Balanço.....	33
b. Imobilizado	35
c. Dívidas de terceiros.....	39
d. Disponibilidades	40
e. Proveitos Diferidos	40
f. Acréscimos de Proveitos	43
g. Acréscimos de Custos	43
h. Custos Diferidos	44
i. Dívidas de Médio e Longo Prazo.....	44
j. Dívidas de Curto prazo.....	46
5. Análise da Demonstração dos Resultados.....	47
a. Fornecimentos e serviços externos	49
b. Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	50
c. Custos com pessoal	51
d. Amortizações do exercício.....	51
e. Provisões do exercício	52
f. Custos e perdas financeiros	52



g. Custos e perdas extraordinários	53
h. Vendas e Prestações de serviços.....	54
i. Impostos e Taxas	54
j. Transferência e subsídios obtidos	55
k. Proveitos e ganhos financeiros.....	56
l. Proveitos e ganhos extraordinários	57
6. Endividamento	58
a. Cálculo Do Endividamento Municipal	60
b. Redução apurada do Endividamento Municipal.....	61
7. Contabilidade de custos.....	63
8. Indicadores Económico- Financeiros	66
a. Solvabilidade.....	66
b. Liquidez Geral	67
c. Autonomia Financeira.....	68
9. Proposta de Aplicação de Resultados.....	70
10. Mapa de Acordos de pagamento.....	71
11. Registo de Compromissos Plurianuais	72
12. Balanço e Demonstração de Resultados.....	73
13. Anexos às Demonstrações Financeiras.....	77
a. 8.1 Caracterização da Entidade	77
b. 8.2 Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados.....	80
14. Certificação Legal de Contas.....	100



Índice de Quadros

Quadro 1: Composição da Assembleia Municipal	10
Quadro 2: Composição da Câmara Municipal	11
Quadro 3: Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Gondomar	12
Quadro 4: Unidades Orgânicas da Câmara Municipal de Gondomar	13
Quadro 5: Execução do Orçamento	14
Quadro 6: Equilíbrio Orçamental	15
Quadro 7: Equilíbrio Orçamental RFALEI	16
Quadro 8: Execução Orçamental	17
Quadro 9: Execução da Receita	18
Quadro 10: Principais Rubricas Receita	19
Quadro 11: Evolução dos impostos	20
Quadro 12: Receitas dos impostos	21
Quadro 13: Evolução das transferências correntes	22
Quadro 14: Tipologia das transferências	23
Quadro 15: Despesa por unidade orgânica	25
Quadro 16: Despesas por natureza	25
Quadro 17: Tipos de despesa	26
Quadro 18: Encargos com empréstimos bancários	27
Quadro 19: Transferências correntes	27
Quadro 20: Distribuição por freguesia	28
Quadro 21: Distribuição por corporação de bombeiros	28
Quadro 22: Distribuição por natureza de apoio	29
Quadro 23: Classificação funcional das grandes opções do plano	29
Quadro 24: Composição da proteção do ambiente	30
Quadro 25: Composição de transportes e comunicações	31
Quadro 26: Distribuição na área da educação	32
Quadro 27: Balanço Sintético	34
Quadro 28: Imobilizado Domínio Público	37
Quadro 29: Imobilizado corpóreo	38
Quadro 30: Investimentos financeiros	38



Quadro 31: Dívidas de terceiros.....	39
Quadro 32: Distribuição proveitos diferidos.....	43
Quadro 33: Distribuição dos acréscimos de proveitos.....	43
Quadro 34: Distribuição dos acréscimos de custos.....	44
Quadro 35: Distribuição dos custos diferidos	44
Quadro 36: Dívidas de médio e longo prazo	45
Quadro 37: Dívidas de curto prazo.....	46
Quadro 38: Demonstração de resultados.....	47
Quadro 39: Fornecimentos e serviços externos	49
Quadro 40: Composição das transferências correntes.....	50
Quadro 41: Custos com pessoal	51
Quadro 42: Amortizações do Exercício	51
Quadro 43: Custos e perdas financeiras	52
Quadro 44: Custos e perdas extraordinárias.....	53
Quadro 45: Vendas e prestações de serviços	54
Quadro 46: Impostos e taxas	55
Quadro 47: Transferências e subsídios obtidos	56
Quadro 48: Proveitos e ganhos financeiros.....	56
Quadro 49: Proveitos e ganhos extraordinários	57
Quadro 50: Evolução do endividamento.....	58
Quadro 51: Cálculo do Endividamento Municipal	60
Quadro 52: Receita média dos 3 últimos exercícios.....	61
Quadro 53: Regularização do excesso de endividamento.....	61
Quadro 54: Contabilidade de custos	64
Quadro 55: Índice de Solvabilidade.....	66
Quadro 56: Índice de liquidez geral.....	67
Quadro 57: Grau de autonomia financeira	68
Quadro 58: Imobilizado em poder de terceiros.....	87
Quadro 59: Participações Financeiras	89
Quadro 60: Composição das dívidas de cobrança duvidosa	91
Quadro 61: Composição das provisões	92
Quadro 62: Composição da classe 5	93



Índice de Gráficos

Gráfico 1: Poupança corrente	15
Gráfico 2: Equilíbrio corrente.....	16
Gráfico 3: Execução orçamental	17
Gráfico 4: Evolução impostos diretos	20
Gráfico 5: Evolução receita dos impostos	21
Gráfico 6: Transferências correntes	22
Gráfico 7: Transferências do Orçamento de Estado.....	23
Gráfico 8: Evolução dívida médio e longo prazo	45
Gráfico 9: Evolução do passivo	58
Gráfico 10: Índice de solvabilidade.....	67
Gráfico 11: Índice de liquidez geral	68
Gráfico 12: Índice de autonomia financeira	69



Abreviaturas utilizadas:

CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado

FAM – Fundo de Apoio Municipal, constituído pela Lei nº 53/2014 de 25 de Agosto

FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro

FSM – Fundo Social Municipal

GOP – Grandes Opções do Plano

IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis

IMT – Imposto Municipal Sobre Transações Onerosas de Imóveis

IUC – Imposto Único de Circulação

LFL – Lei das Finanças Locais – Lei nº 73/2013 de 3 de Setembro.

PMP – Prazo Médio de Pagamentos

POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99 de 22 de Fevereiro

SATAPICAL – Grupo de apoio técnico à implementação do POCAL

QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional

RFALEI – Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais



1. Mensagem do Presidente

O Relatório de Gestão é um documento produzido anualmente pelas organizações, constituído essencialmente por duas partes:

Um relatório onde é apresentada a actividade e o desempenho do Município, bem como o contexto em que a mesma foi desenvolvida;

As contas da entidade, apresentadas em mapas contabilísticos específicos, aprovados no POCAL, nomeadamente; Balanço, Demonstração de resultados, Mapas de execução orçamental e Anexos às demonstrações financeiras.

O principal objectivo do Relatório e Contas é colocar à disposição dos órgãos autárquicos, das entidades da tutela e dos cidadãos em geral toda a informação que permita a correcta avaliação do desempenho da organização em causa. Constitui uma oportunidade para explicar aos diversos interlocutores as prioridades estratégicas do exercício face ao enquadramento económico e regulamentar, caracterizar a actividade e analisar o seu efeito do ponto de vista económico e financeiro.

Assim, o presente documento reporta e evidencia esta mesma situação a 31 de Dezembro de 2016 no Município de Gondomar.

Este ano foi marcado por alguma incerteza ainda relativa ao programa de acesso aos fundos comunitários Portugal 2020, nomeadamente no que à sua execução diz respeito.

No caso do Município de Gondomar, no que concerne à execução da receita e da despesa de capital constatamos que esta teve desempenho abaixo do esperado, o que explica que a execução municipal da receita tenha ficado nos 88,31% e a execução da despesa nos 84,50%. O considerável atraso da assinatura dos contratos relativos aos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU) foi a principal razão destes graus de execução abaixo do que seria desejável.

Relativamente à questão do endividamento podemos confirmar que foi seguida a tendência de consolidação e de redução superior à imposta legalmente. Em 2016 o Município de Gondomar abateu 6.683.640,00€, o que corresponde a uma redução de 28,25% do excesso da dívida, quando legalmente estaria obrigado a reduzir apenas 2.365.870,00€, ou seja, 10% do excesso legalmente autorizado.

Este excesso é medido pelo resultado da multiplicação da média das receitas próprias cobradas nos últimos 3 anos por 1,5.



Não obstante a continuidade do esforço da redução da dívida, Gondomar tem ainda um coeficiente de endividamento de 1,795, o que significa que permanece na situação de desequilíbrio financeiro. Refira-se que em 2015 este coeficiente estava fixado em 1,93.

Desde 2013 o passivo municipal, excluindo entidades participadas, diminuiu de 110.232.652,95 € para 93.338.051,92 €, uma diminuição de 16.894.600,98€.

Esta realidade é demonstrativa do rigor e forte controlo financeiro por parte do Município de Gondomar.

Note-se que o Município evidencia um rácio de solvabilidade muito acima do recomendável. Por solvabilidade entende-se a capacidade de uma entidade (Município) dissolver os seus compromissos de médio e longo prazo. Este rácio obtém-se através da divisão entre fundos próprios e passivo. Nunca pode ser inferior a 35% e é recomendável que seja superior a 50%.

Neste momento o Município de Gondomar tem um rácio de solvabilidade de 104,72%, o que é um excelente indicador, uma vez que significa que o património é suficiente para cobrir quase integralmente as dívidas do Município.

Foram verificados e seguidos os princípios do equilíbrio orçamental consagrados no ponto 3.1.1 do POCAL, designadamente no que diz respeito ao equilíbrio entre receitas correntes e despesas correntes. De igual forma foram respeitados durante o exercício de 2016 as regras de equilíbrio orçamental consagradas na Lei da Finanças locais.

Os demais indicadores económico financeiros apresentados neste documento, são também demonstrativos da evolução favorável que se tem vindo a verificar. No entanto, a estratégia de consolidação e reequilíbrio financeiro deve prosseguir para que a breve prazo o Município possa sair da situação de endividamento excessivo. Para tal é fundamental que se continue a olhar para as finanças municipais como um vetor fundamental da atuação dos executivos. Só desta forma é que o investimento no território, seja em despesas de capital e despesas correntes podem vir a ser reforçadas e a traduzir-se numa melhoria da qualidade de vida de todos os cidadão e do território.

2. *Introdução*

Em cumprimento do disposto no ponto 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro com as alterações introduzidas pela Lei nº 162/99, de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei nº 315/2000, de 2 de dezembro, pelo Decreto-Lei nº 84-A/2002, de 5 de abril e pela Lei nº 60-A/2005, de 30 de dezembro, apresenta-se o presente Relatório, relativo ao ano de 2016, que procura ser clarificador quanto à composição das receitas e despesas do Município de Gondomar, bem como relativamente à sua situação económica e financeira.

É da competência do órgão executivo do Município apresentar, anualmente, para aprovação, os documentos de Prestações de Contas do exercício do ano anterior.

De acordo com estabelecido no POCAL, os documentos de Prestação de Contas das Autarquias Locais são constituídos pelo Balanço, Demonstração de Resultados, Mapas de Execução Orçamental, Anexos às Demonstrações Financeiras e pelo Relatório de Gestão.

O presente relatório inclui, entre outros elementos, a análise da execução do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, do Balanço e da Demonstração de Resultados, bem como à situação económica e financeira do município, onde se inclui a componente do endividamento.



Assembleia Municipal

a. Órgãos do Município

Presidente	Aníbal Jaime Gomes Lira
1º Secretário	António Fernando Oliveira da Silva
2º Secretário	Maria Teresa Rocha de Sousa Santos
	Ana Catarina de Sousa Pão Trigo Substituída por José Pedro Pinto (Fevereiro de 2016) Substituída por Silvia Liliana Moreira Cruz (Outubro 2016)
	Ana Daniela de Sousa Espinheira Rio António José Valpaços Magalhães António da Silva Sá Casal Bruno Miguel Martins Vieira Carlos Alberto Sousa da Costa Carlota Ferreira Brás César Teixeira Carmina Maria dos Santos Lopes Daniel Filipe Oliveira Vieira Ermelinda Ferreira de Sousa Ferreira Eugénia Maria de Sousa Braga Leite de Faria Felisberto Ribeiro Almeida Fernando Alício Barreira Morais Fernando Cerqueira Idalina Maria Guimarães Batista Ribeiro Pereira Isidro Ferreira de Sousa Ivo Daniel Moreira Capas
Deputados	Joana Daniela Baldaia de Resende José António da Silva Macedo José Manuel Soares de Andrade João Pedro Rodrigues de Sousa José António da Silva Monteiro Licínio dos Anjos Bandeira e Silva Luís Afonso da Silva Pinto da Costa Manuel António Leite dos Santos Margarida Maria Oliveira da Silva Maria Rosa de Sousa Oliveira Mário Fernando Soares Filipe Marta Filipa Brito da Fonseca Nélson Jorge Sousa Neves Nuno Miguel Peixoto da Silva Nuno Miguel Ribeiro Coelho Nuno Filipe Brito da Fonseca Pedro Manuel Lopes Moura de Oliveira Rui da Mota Correia Rui Manuel Lourido Nóvoa Sandra Maria Martins Magalhães Loureiro Correia Sérgio Miguel Vieira Bastos

Quadro 1: Composição da Assembleia Municipal



Câmara Municipal

Presidente	Marco André dos Santos Martins Lopes
Vice-Presidente	Luís Filipe Castro de Araújo
Vereadores	Maria Aurora Moura Vieira Carlos Alberto Silva Brás José Fernando da Silva Moreira Sandra Eunice Ramos de Almeida Hélder Vasco dos Santos Figueiredo Maria João de Jesus Araújo Ramos das Neves Marinho Rui Ferreira de Espinheira Quelhas Rosalina Sofia Neves Martins Joaquim dos Santos Barbosa

Quadro 2: Composição da Câmara Municipal

b. Estrutura Orgânica do Município

A Estrutura e Organização dos Serviços do Município de Gondomar consta do Despacho nº 3654-A/2014 publicado em Diário da Republica no dia 7 de março de 2014, nos seguintes termos:

Serviços de Assessoria e Apoio	Gabinete de Apoio à Presidência
	Gabinete de Apoio à Vereação
	Gabinete de Órgãos Autárquicos
	Divisão de Proteção Civil e Segurança
	Gabinete de Apoio às Freguesias
	Gabinete de Estudos Estratégicos
	Gabinete de Auditoria Interna
	Gabinete de Imprensa e Comunicação
	Gabinete de Tecnologias da Informação
	Gabinete de Protocolo e Relações Públicas

Quadro 3: Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Gondomar



Unidades orgânicas

- Departamento de Relacionamento com o Cidadão e Modernização Administrativa
- Departamento Jurídico e de Fiscalização
- Departamento de Obras Municipais
- Divisão Operacional de Administração Direta
- Divisão de Mobilidade, Trânsito e Gestão de Obras
- Departamento de Planeamento, Desenvolvimento Estratégico e Equipamento
- Divisão de Desenvolvimento Económico
- Divisão de Aquisições e Contratação Pública
- Departamento do Urbanismo
- Divisão de Gestão Urbanística e Obras Particulares
- Divisão de Recursos Humanos
- Divisão da Juventude e Tempos Livres
- Divisão de Espaços Públicos e Dinamização
- Divisão da Cultura
- Divisão de Educação, Formação e Emprego
- Divisão de Intervenção Educacional e Saúde
- Divisão da Habitação Social
- Divisão de Desporto e Gestão de Equipamentos Desportivos
- Divisão Financeira e Contabilidade
- Divisão de Desenvolvimento Social
- Divisão de Desenvolvimento Ambiental

Quadro 4: Unidades Orgânicas da Câmara Municipal de Gondomar



3. Análise Orçamental

a. Execução Global do Orçamento

No ano de 2016, a receita total cobrada foi de 65.472.442,98 euros que, acrescida do saldo inicial no valor de 1.210.538,27 euros, perfaz o montante global de 66.682.981,25 euros.

A despesa realizada no ano de 2016 foi de 63.811.529,36 euros, pelo que o valor do saldo que passa para a Gerência seguinte é 2.871.451,89 euros.

Valores em euros

Receita	Montante	%	Despesa	Valor	%3
Saldo Gerência Anterior	1 210 538,27 €	1,82%	Despesa Corrente	51 603 410,30 €	77,39%
Receita Corrente	60 848 554,41 €	91,25%	Despesa de Capital	12 208 119,06 €	18,31%
Receita de Capital	4 623 888,57 €	6,93%	Saldo de Gerência	2 871 451,89 €	4,31%
Total	66 682 981,25 €	100%	Total	66 682 981,25 €	100%

Quadro 5: Execução do Orçamento

Do quadro acima verifica-se que 91,25% da Receita Total é de natureza corrente, enquanto, as despesas correntes representam 77,39% da Despesa Total. A poupança corrente obtida foi de 9.245.144,11 euros, poupança essa que permitiu o financiamento de parte do Plano Plurianual de Investimentos.

O princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes. A Execução Orçamental do Município cumpre claramente este princípio o que demonstra a boa e equilibrada gestão dos recursos.

Valores em euros

Rubrica	Valor
Receita Corrente (1)	60.848.554,41 €
Despesa Corrente (2)	51.603.410,30 €
Poupança corrente (1) - (2)	9.245.144,11 €

Quadro 6: Equilíbrio Orçamental

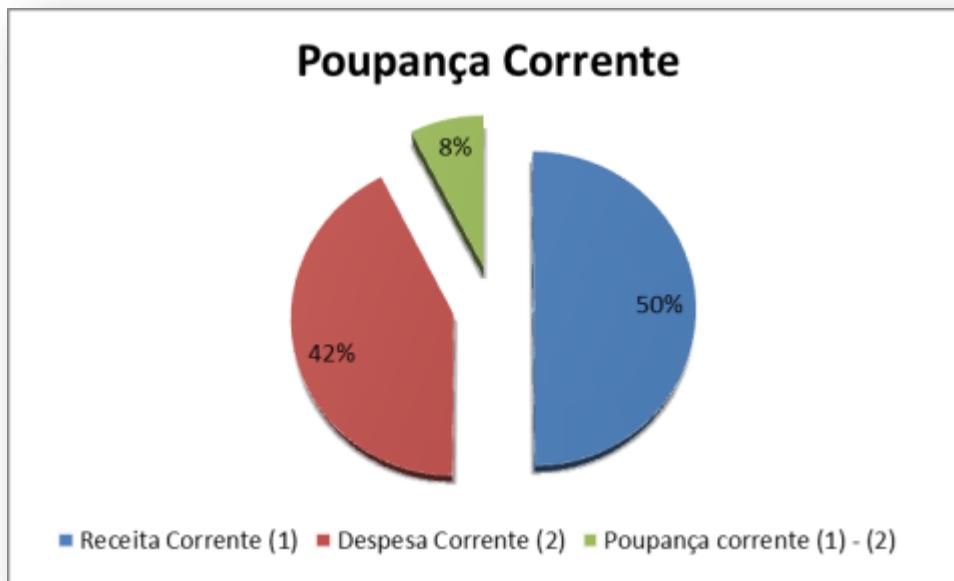


Gráfico 1: Poupança corrente

Por seu turno, a LFL, estipula no nº 2 do seu artigo 40º que “a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo”. Regra que também se cumpriu, como se pode verificar no quadro abaixo:

Valores em euros

Rubrica	Valor
Receita Corrente	60 848 554,41 €
Despesas Correntes (1)	51 603 410,30 €
Amortização Média Empréstimos (2)	3 687 613,86 €
Soma (1) + (2)	55 291 024,16 €

Quadro 7: Equilíbrio Orçamental RFALEI

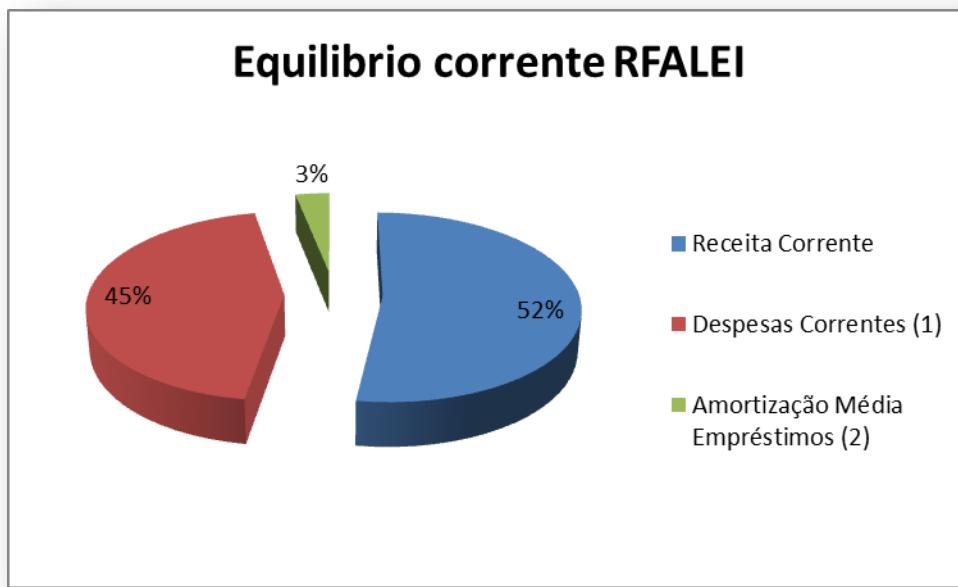


Gráfico 2: Equilibrio corrente

b. Grau de execução orçamental

Considerando os níveis de execução orçamental tanto do orçamento da receita como da despesa, temos:



	Receita	Despesa
Execução Orçamental	88,31%	84,50%

Quadro 8: Execução Orçamental

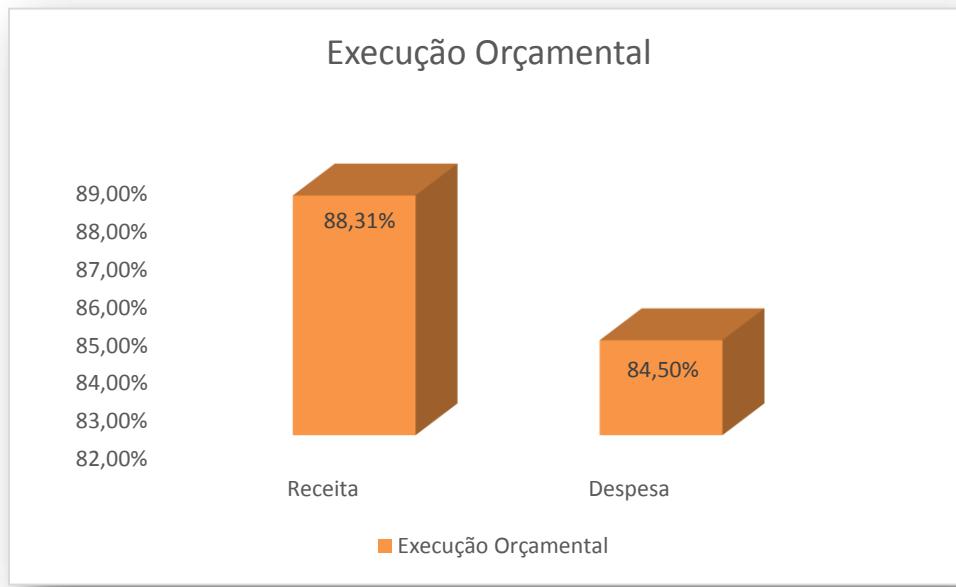


Gráfico 3: Execução orçamental

c. Receita

Em termos de execução do orçamento da receita bruta obtida em 2016, apurou-se uma taxa de execução de 88,31%, superior à taxa de 85% referenciada no nº 3 do artigo 56º da LFL, decompondo-se no quadro seguinte pelas rubricas do orçamento:



Designação	Orçamentado	Realizado	Execução
Impostos diretos	21.400.100,00 €	22.355.478,70 €	104%
Impostos indiretos	608.100,00 €	996.353,84 €	164%
Taxas, multas e outras penalidades	715.200,00 €	1.035.468,65 €	145%
Rendimentos da propriedade	2.640.000,00 €	2.052.216,72 €	78%
Transferências correntes	25.949.279,00 €	25.110.640,53 €	97%
Venda de bens e serviços correntes	8.220.000,00 €	8.782.838,72 €	107%
Outras receitas correntes	158.000,00 €	475.324,25 €	301%
Venda de bens de investimento	697.100,00 €	237.672,82 €	34%
Transferências de capital	13.829.956,00 €	3.818.807,90 €	28%
Passivos financeiros	1.000,00 €	- €	0%
Outras receitas de capital	41.000,00 €	567.407,85 €	1384%
Reposições não abatidas nos pagamentos	43.000,00 €	40.233,00 €	94%
Saldo da gerência anterior	1.210.538,27 €	1.210.538,27 €	100%
Total	75.513.273,27 €	66.682.981,25 €	88%

Quadro 9: Execução da Receita

Relativamente ao peso de cada uma das rubricas na formação da receita cobrada, vemos que assumem particular relevância os “Impostos Diretos” (33,53%) e as “Transferências Correntes” (37,66%), à semelhança do que se vem verificando nos anos transatos:



Designação	Realizado	Execução
Impostos diretos	22.355.478,70 €	33,53%
Impostos indiretos	996.353,84 €	1,49%
Taxas, multas e outras penalidades	1.035.468,65 €	1,55%
Rendimentos da propriedade	2.052.216,72 €	3,08%
Transferências correntes	25.110.640,53 €	37,66%
Venda de bens e serviços correntes	8.782.838,72 €	13,17%
Outras receitas correntes	475.324,25 €	0,71%
Venda de bens de investimento	237.672,82 €	0,36%
Transferências de capital	3.818.807,90 €	5,73%
Passivos financeiros	- €	0,00%
Outras receitas de capital	567.407,85 €	0,85%
Reposições não abatidas nos pagamentos	40.233,00 €	0,06%
Saldo da gerência anterior	1.210.538,27 €	1,82%
Totais	66.682.981,25 €	100,00%

Quadro 10: Principais Rubricas Receita

Importará então verificar qual tem sido a evolução destas duas importantes fontes de receita do Município nos últimos anos:



Valores em euros

	2016	2015	2014	2013	2012
Impostos diretos	22.355.478,70 €	22.066.329,53 €	22.039.495,80 €	23.312.469,52 €	24.902.949,91 €

Quadro 11: Evolução dos impostos

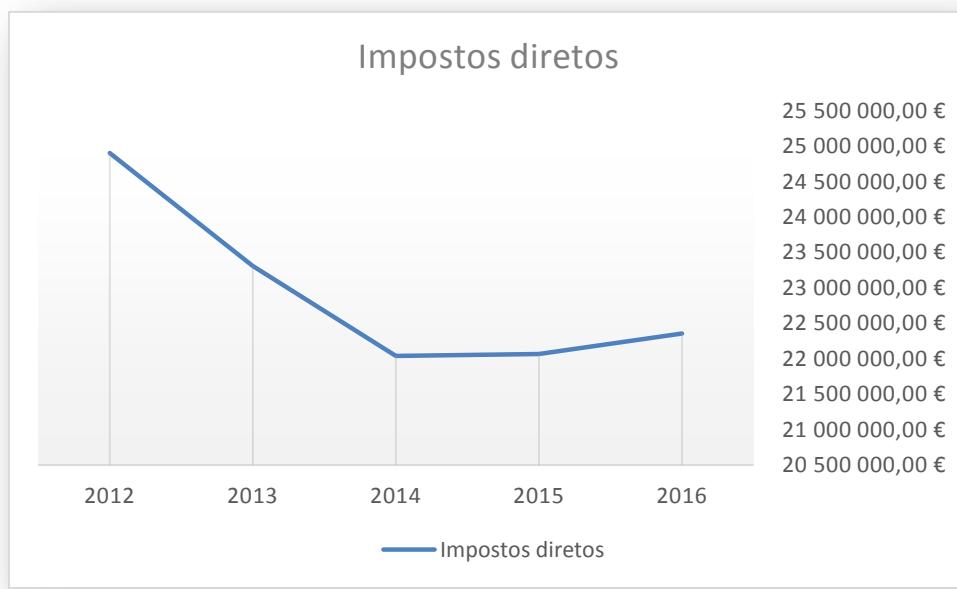


Gráfico 4: Evolução impostos diretos

Em 2016 verificou-se um ligeiro acréscimo face aos valores de 2015, que é no entanto insignificante e incapaz de reverter a tendência de descida que se tem vindo a registar desde 2012. Esta tendência na cobrança de receita oriunda de Impostos Diretos advém do decréscimo generalizado da receita arrecadada pelos impostos em questão.

Será igualmente de referir, enquanto fator que está na causa da descida da receita oriunda do IMI, a decisão do atual Executivo de fixar em baixa a taxa de IMI no Concelho, numa perspetiva de atenuação da carga fiscal dos municípios, de discriminação positiva e ainda de estímulo à manutenção e preservação do património imobiliário.



	2016	2015	2014	2013	2012
IMI	14.290.735,57 €	14.355.824,40 €	14.082.178,61 €	14.811.269,71 €	16.030.981,64 €
IUC	3.082.219,09 €	3.027.234,69 €	3.109.058,18 €	3.401.355,40 €	2.683.763,62 €
IMT	2.584.835,07 €	2.201.213,91 €	2.155.249,80 €	1.999.441,46 €	2.889.563,01 €
Derrama	2.393.428,40 €	1.479.885,90 €	1.667.000,62 €	2.090.433,55 €	2.280.349,57 €
Impostos abolidos	4.260,57 €	2.170,63 €	26.008,59 €	9.969,40 €	18.292,07 €
TOTAIS	22.355.478,70 €	21.066.329,53 €	21.039.495,80 €	22.312.469,52 €	23.902.949,91 €

Quadro 12: Receitas dos impostos

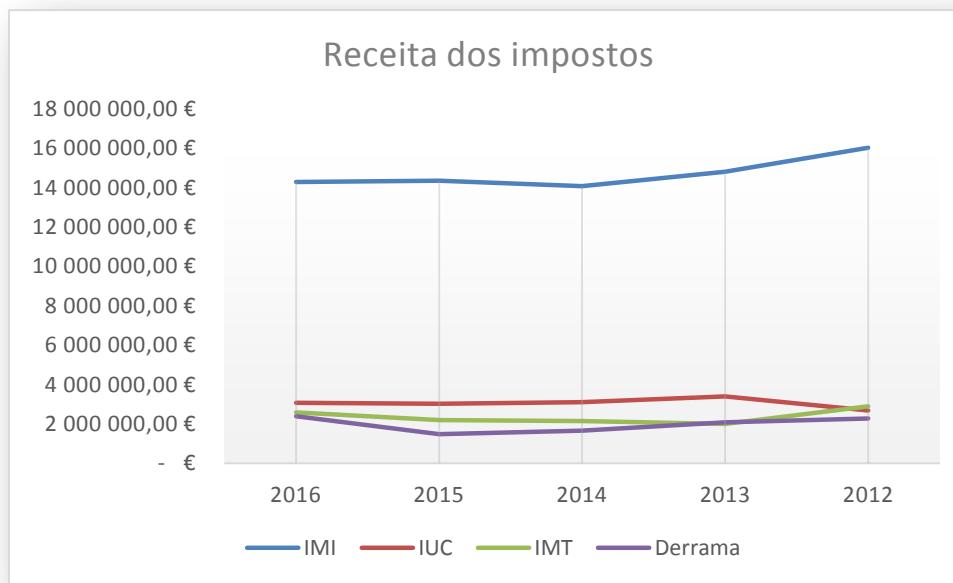


Gráfico 5: Evolução receita dos impostos

No que respeita às Transferências Correntes os valores nos últimos anos são conforme se dá conta na tabela e gráfico seguinte:



	2016	2015	2014	2013	2012
Transferências correntes	25.110.640,53 €	24.872.812,98 €	22.498.627,39 €	24.024.070,00 €	20.964.749,34 €

Quadro 13: Evolução das transferências correntes

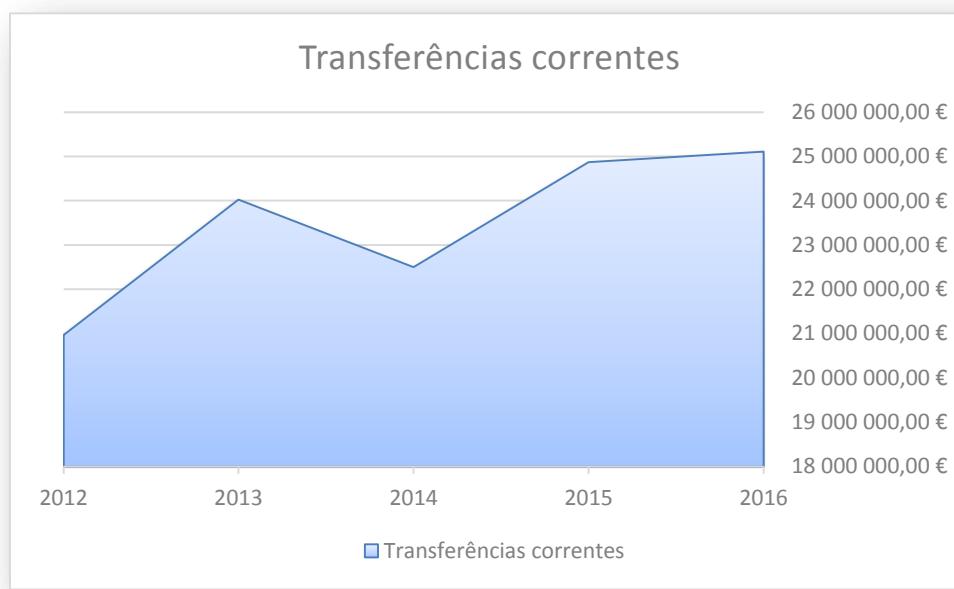


Gráfico 6: Transferências correntes

Verifica-se um ligeiro acréscimo face aos valores de 2015 transversal a todas as rubricas:



Valores em euros

	2016	2015	Variação
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	9.065.781,33 €	9.052.979,00 €	0,1%
Fundo Social Municipal (FSM)	2.278.209,00 €	2.278.209,00 €	0,0%
Participação Fixa no IRS	5.637.824,00 €	5.553.649,00 €	1,5%
Educação - Transferências	8.128.826,20 €	7.971.054,82 €	2,0%

Quadro 14: Tipologia das transferências

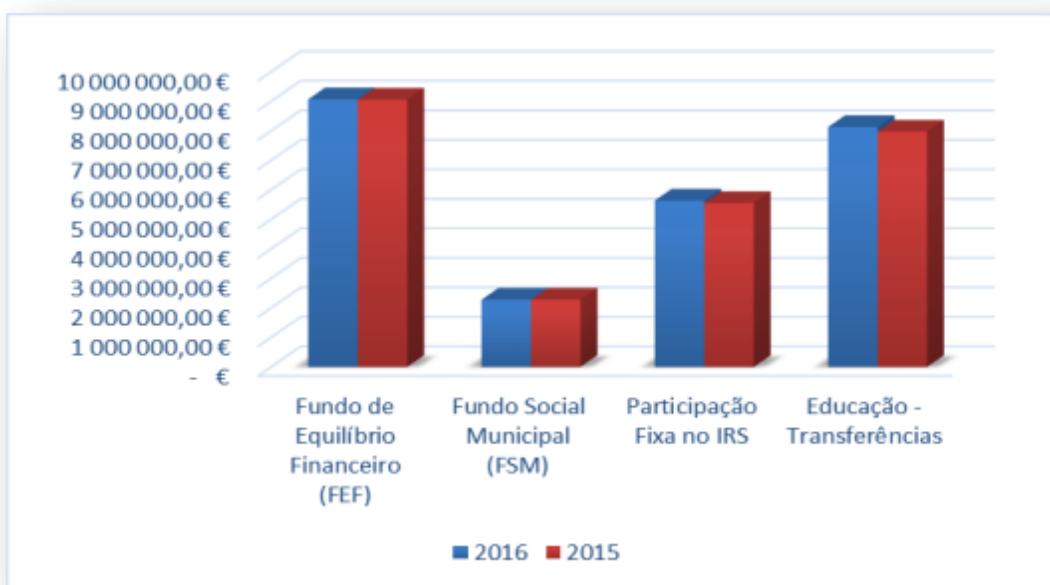


Gráfico 7: Transferências do Orçamento de Estado



Despesa

No ano de 2016 a despesa total paga foi de 63.811.529,36 euros, o que representa uma taxa de execução de 84,50%.

Valores em euros

Designação	Dotação	Pago	Execução
Assembleia Municipal	81.500,00 €	37.506,18 €	46%
Operações Financeiras	4.142.588,00 €	4.075.518,89 €	98%
Órgãos Autárquicos e Administração Geral	11.282.842,31 €	10.205.069,34 €	90%
Proteção Civil e Segurança	1.280.117,00 €	1.202.218,43 €	94%
Gabinete de Estudos Estratégicos	73.057,00 €	67.710,08 €	93%
Gabinete de Imprensa e Comunicação	49.207,00 €	37.214,00 €	76%
Gabinete de Tecnologias de Informação	1.071.585,00 €	893.391,38 €	83%
Gabinete de Protocolo e Relações Públicas	21.709,00 €	20.466,68 €	94%
Departamento de Relacionamento com o Cidadão e Modernização	1.089.421,24 €	835.821,64 €	77%
Departamento Jurídico e de Fiscalização	476.257,00 €	404.067,21 €	85%
Núcleo de Fiscalização	236.511,00 €	223.315,93 €	94%
Departamento de Obras Municipais	7.626.435,05 €	5.010.833,55 €	66%
Divisão Operacional de Administração Direta	2.229.210,00 €	1.929.644,25 €	87%
Divisão de Mobilidade Trânsito e Gestão de Obras	132.190,00 €	106.914,58 €	81%
Departamento de Planeamento Desenvolvimento Estratégico e Equipamento	402.485,00 €	387.744,54 €	96%
Divisão de Desenvolvimento Económico	1.210.037,63 €	733.519,77 €	61%
Divisão de Aquisições e Contratação Pública	326.953,00 €	281.438,67 €	86%
Setor de Equipamento	1.851.672,98 €	1.650.308,78 €	89%
Departamento de Urbanismo	1.045.008,00 €	917.511,49 €	88%
Divisão de Recursos Humanos	2.208.084,00 €	2.092.506,88 €	95%



Valores em euros

Designação	Dotação	Pago	Execução
Divisão da Juventude e Tempos Livres	109.012,00 €	105.733,14 €	97%
Gabinete de Gestão das Casas de Juventude	251.783,00 €	243.991,85 €	97%
Gabinete de Dinamização da Juventude e Tempos Livres	23.460,00 €	17.629,96 €	75%
Divisão de Espaços Públicos e Dinamização	606.612,38 €	510.096,08 €	84%
Gabinete de Mercados e Feiras e Eventos Promocionais	340.950,23 €	301.861,71 €	89%
Gabinete de Metrologia	35.832,79 €	27.365,13 €	76%
Divisão de Cultura	1.652.426,00 €	1.492.169,62 €	90%
Gabinete de Arquivo Municipal e Património Cultural	14.930,92 €	4.162,57 €	28%
Divisão de Educação, Formação e Emprego	930.257,84 €	809.112,45 €	87%
Gabinete de Gestão de Equipamentos e Recursos	12.096.836,36 €	10.021.342,45 €	83%
Divisão de Intervenção Educacional e Saúde	228.846,62 €	191.888,73 €	84%
Divisão de Habitação Social	844.505,00 €	841.212,65 €	100%
Gabinete de Gestão e Manutenção dos Imóveis Sociais	2.584.858,43 €	1.470.627,17 €	57%
Divisão de Desporto e Gestão de Equipamentos	741.138,62 €	628.623,99 €	85%
Núcleo de Gestão de Equipamentos Desportivos	4.572.852,09 €	3.800.620,11 €	83%
Divisão Financeira e Contabilidade	1.671.893,00 €	1.562.629,67 €	93%
Setor de Património	762.782,95 €	398.962,60 €	52%
Divisão de Desenvolvimento Social	1.431.818,34 €	1.239.571,01 €	87%
Divisão de Desenvolvimento Ambiental	1.884.565,49 €	1.197.727,12 €	64%
Setor de Gestão de Resíduos e Serviços	7.891.041,00 €	7.833.479,08 €	99%
Total	75.513.273,27 €	63.811.529,36 €	85%

Quadro 15: Despesa por unidade orgânica

Em termos de natureza de despesa, a execução foi a seguinte:

Valores em euros

	Dotação	Pago	Execução
Despesas Correntes	56.681.675,97 €	51.603.410,30 €	91%
Despesas de Capital	18.831.597,30 €	12.208.119,60 €	65%
Total Geral	75.513.273,27 €	63.811.529,36 €	85%

Quadro 16: Despesas por natureza



O principal motivo pelo qual em termos de Despesas de Capital a realização ficou aquém do expectável, foi o atraso que se verificou na assinatura dos contratos de financiamento comunitário relativos aos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU) e consequentemente no lançamento das obras objeto de financiamento.

A execução do orçamento da despesa por classificação económica demonstra-se no mapa seguinte:

Valores em euros

Designação	Dotação	Pago	Execução
Despesas com Pessoal	22 729 325,00 €	22 333 467,76 €	98%
Aquisição de bens e serviços	26 620 211,85 €	22 679 518,14 €	85%
Juros e outros encargos	274 110,00 €	242 881,64 €	89%
Transferências correntes	5 700 896,12 €	5 135 289,04 €	90%
Outras despesas correntes	1 357 133,00 €	1 212 253,72 €	89%
Aquisição de bens de capital	13 713 724,30 €	7 259 853,82 €	53%
Transferências de capital	1 249 395,00 €	1 115 627,99 €	89%
Ativos financeiros	404 984,00 €	404 984,00 €	100%
Passivos financeiros	3 463 494,00 €	3 427 653,25 €	99%
Totais	75 513 273,27 €	63 811 529,36 €	85%

Quadro 17: Tipos de despesa

d. Encargos com Empréstimos Bancários

No Serviço da Dívida inclui-se para além dos encargos com os juros e amortizações de empréstimos contraídos pelo Município os juros suportados com indemnizações e de garantias prestadas à Autarquia, No ano de 2016, os encargos com o serviço de dívida ascenderam a 3.670.534,89 euros, repartidos entre juros e amortização de capital.



Valores em euros

Operações Financeiras	Valor
Juros e outros encargos	242.881,64 €
Passivos financeiros - amortização	3.427.653,25 €
Total	3.670.534,89 €

Quadro 18: Encargos com empréstimos bancários

e. *Transferências Correntes*

Nesta rubrica incluem-se as transferências de natureza corrente efetuadas pela Autarquia a favor de terceiros, que em 2016 se repartiram da seguinte forma:

Valores em euros

Transferências	Valor
Freguesias	1.334.441,80 €
Associações de Municípios	5.888,61 €
Outras Entidades	91.577,00 €
Administração Central (Escolas)	487.660,97 €
Instituições sem Fins Lucrativos	2.303.416,27 €
Famílias	903.644,56 €
União Europeia - Instituições	8.659,83 €
Total	5.135.289,04 €

Quadro 19: Transferências correntes



Detalhe das transferências efetuadas para as Freguesias, no âmbito dos Contratos Interadministrativos e Acordos de Execução celebrados (incluindo no âmbito dos Transportes Escolares):

Valores em euros

Freguesia	Valor
Freguesia da Lomba	89.171,92 €
Freguesia de Baguim do Monte	116.090,33 €
Freguesia de Rio Tinto	283.716,14 €
União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova	240.696,58 €
União de Freguesias de Foz do Sousa e Covelo	165.062,77 €
União de Freguesias de Gondomar, Valbom e Jovim	277.036,65 €
União de Freguesias de Melres e Medas	162.667,41 €

Quadro 20: Distribuição por freguesia

No que concerne às transferências efetuadas para Instituições sem Fins Lucrativos, destaca-se as realizadas a favor das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários e as executadas no âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo:

Valores em euros

Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários	Valor
Areosa - Rio Tinto	121.920,44
Gondomar	130.441,70
Melres	100.194,13
São Pedro da Cova	109.921,96
Valbom	114.646,23

Quadro 21: Distribuição por corporação de bombeiros



Valores em euros

Programa de Apoio ao Associativismo	Valor
Cultural	280.970,00 €
Desportivo	431.590,20 €
Social	108.939,58 €
Paróquias e Conferências Vicentinas	17.175,00 €
Sócio - Educativo	2.500,00 €

Quadro 22: Distribuição por natureza de apoio

f. Grandes Opções do Plano

A execução das Grandes Opções do Plano no ano de 2016 foi de 71,48%, conforme se dá conta no seguinte mapa, em que as rubricas GOP são agrupadas por classificação funcional:

Valores em euros

Designação	Dotação	Pago	Execução
Serviços Gerais de Administração Pública	3.675.585,01 €	2.527.444,33 €	68,76%
Proteção civil e luta contra incêndios	618.375,00 €	575.024,46 €	92,99%
Educação	4.935.480,20 €	2.916.662,25 €	59,10%
Saúde	33.937,62 €	3.329,83 €	9,81%
Ação Social	435.800,56 €	293.762,52 €	67,41%
Habitação	1.836.793,41 €	841.586,01 €	45,79%
Ordenamento do território	480,00 €	- €	0,00%
Saneamento	662.831,49 €	92.414,04 €	13,94%
Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	8.697.194,38 €	8.544.765,68 €	98,25%
Cultura	809.230,92 €	681.032,28 €	84,16%
Desporto, recreio e lazer	1.510.278,96 €	913.929,36 €	60,51%
Transportes e comunicações	5.447.995,05 €	3.598.036,47 €	66,04%
Comércio Turismo e Outras funções Económicas	1.848.040,63 €	823.354,20 €	44,58%
Total	30.512.023,23 €	21.811.341,43 €	71,48%

Quadro 23: Classificação funcional das grandes opções do plano



As rubricas com maior peso nas Grandes Opções do Plano são “Proteção do meio ambiente e conservação da natureza”, “Transportes e comunicações” e “Educação”.

No que concerne ao Meio Ambiente, são de destacar os encargos com o serviço de recolha de resíduos sólidos e higiene urbana (Rede Ambiente) e ainda o serviço de tratamento de resíduos sólidos (LIPOR):

Valores em euros

Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	Despesa
Serviço de recolha de resíduos sólidos e higiene urbana	4.242.972,91 €
Serviço de tratamento de resíduos sólidos	2.572.990,44 €

Quadro 24: Composição da proteção do ambiente

No que diz respeito à classificação funcional “Transportes e comunicações”, esta engloba as beneficiações feitas em arruamentos, realçando-se pelo montante em causa as seguintes intervenções:

Valores em euros

Transportes e comunicações	Despesa
Beneficiação da Rua da Felgueira, Baguim do Monte	150.325,54 €
Beneficiação da Rua David Afonso Moutinho, Baguim do Monte	155.268,80 €
Beneficiação da Rua Dois Irmãos, Covelo	151.325,60 €
Beneficiação da Rua dos Crisântemos, Fânzeres	101.493,94 €
Beneficiação da Rua 1º de Maio, Foz do Sousa	132.662,64 €
Requalificação das vias estruturantes do Centro histórico de São Cosme	87.444,70 €
Beneficiação da Rua Particular dos Regueirais, Rito Tinto	141.693,38 €
Beneficiação da Rua Vasco da Gama, Valbom	157.205,78 €
Beneficiação da Rua dos Azevinhos, Fânzeres	109.868,40 €
Conservação e Reparação de Vias Municipais	380.148,53 €
Beneficiação da pavimentação em vários arruamentos em Lomba	102.559,56 €

Quadro 25: Composição de transportes e comunicações

Quanto à área da Educação, destacam-se as seguintes despesas como tendo sido as mais relevantes em 2016:



Educação	Despesa
Conservação e Beneficiação de Edifícios Escolares - 2º e 3º Ciclos	186.048,50 €
Beneficiação e Reabilitação da Escola EB Cimo de Vila	121.826,01 €
Programa de Auxílios Económicos	260.518,32 €
Escolas - Apoio ao funcionamento	227.142,65 €
Programa - Refeições Escolares	1.489.952,75 €
Programa - Transportes Escolares	316.129,36 €

Quadro 26: Distribuição na área da educação

4. Situação Económico-Financeira

a. Análise do Balanço

As informações apresentadas neste capítulo resultam da contabilidade patrimonial, sistema que tem por objetivo principal o registo das operações que modificam a constituição, quantitativa ou qualitativa, do património, o qual é determinado como o agregado de todos os seus bens, direitos e obrigações, e os custos e proveitos gerados pela atividade desenvolvida num exercício económico.

O Balanço e o Sistema Contabilístico apresentados em anexo adequam-se ao previsto no POCAL, espelhando a situação patrimonial da Autarquia a 31 de dezembro de 2016.

A elaboração do Balanço tem por base o princípio do acréscimo, e evidencia os direitos e as obrigações a receber e a pagar em exercícios futuros.

Os dados trabalhados neste capítulo, com os quadros e os gráficos que acompanham a informação, pretendem evidenciar os dados mais importantes para a composição de cada rubrica, não podendo por isso ser confrontados com os valores finais das demonstrações financeiras.



Balanço sintético

Valores em euros

Descrição	2016	2015	Variação
Imobilizado	354.168.160,92 €	359.982.136,96 €	-1,62%
Dívidas de Terceiros	5.500.503,66 €	6.559.963,02 €	-16,15%
Disponibilidades	6.394.278,71 €	4.100.678,49 €	55,93%
Acréscimos e diferimentos	2.247.290,22 €	973.071,10 €	130,95%
Ativo	368.310.233,51 €	371.615.849,57 €	-0,89%
Património	178.720.023,80 €	173.285.741,23 €	3,14%
Reservas e doações	4.892.670,51 €	4.563.138,34 €	7,22%
Resultados transitados	6.314.124,22 €	12.754.692,56 €	-50,50%
Resultado líquido do exercício	- 1.409.301,09 €	- 7.282.403,86 €	-80,65%
Fundos Próprios	188.517.517,44 €	183.321.168,27 €	2,83%
Dividas a terceiros - Médio e Longo Prazo	85.080.587,80 €	89.694.383,07 €	-5,14%
Provisão para riscos e encargos	11.459.427,93 €	12.475.938,80 €	-8,15%
Dividas a terceiros - Curto Prazo	13.601.421,48 €	14.328.291,77 €	-5,07%
Acréscimos e diferimentos	69.651.278,86 €	71.796.067,66 €	-2,99%
Passivo	179.792.716,07 €	188.294.681,30 €	-4,52%

Quadro 27: Balanço Sintético

Numa breve análise do quadro acima, salientam-se os seguintes dados:

- Houve um reforço das disponibilidades face a 2015 em cerca de 55%, já evidenciada pelo desempenho na execução orçamental, fruto da conclusão das transferências referentes ao



Programa POLIS e das candidaturas apresentadas a fundos comunitários ainda do anterior quadro comunitário de apoio;

- A descida na rubrica de terceiros, deve-se fundamentalmente ao pagamento em 2016 do valor em dívida referente ao Programa POLIS de Gondomar;
- Houve redução das provisões para riscos e encargos, por via dos acordos judiciais que foram alcançados e pagos e, pela análise do inventário de processos judiciais existentes com o Município de Gondomar e que são presentes na Assembleia Municipal, em todas as sessões ordinárias;
- Salienta-se também o facto de continuaram e a diminuir as rubricas referentes a dívidas de terceiros tanto a médio e longo prazo como no curto prazo, no que se traduziu numa diminuição do passivo em 5,14 % e 5,07% respectivamente.

Nos quadros seguintes, serão decompostas cada uma das rubricas do balanço para uma análise mais detalhada.

b. Imobilizado

Preconiza o POCAL no ponto 4- Critérios de Valorimetria:

O activo imobilizado, incluindo os investimentos adicionais ou complementares, deve ser valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção.

"4.1 - Imobilizações

4.1.1 - O activo imobilizado, incluindo os investimentos adicionais ou complementares, deve ser valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção.

Quando os respectivos elementos tiverem uma vida útil limitada ficam sujeitos a uma amortização sistemática durante esse período, sem prejuízo das excepções expressamente consignadas.

4.1.2 - Considera-se como custo de aquisição de um activo a soma do respectivo preço de compra com os gastos suportados directa e indirectamente para o colocar no seu estado actual.

4.1.3 - Considera-se como custo de produção de um bem a soma dos custos das matérias-primas e outros materiais directos consumidos, da mão-de-obra directa e de outros gastos gerais de fabrico necessariamente suportados para o produzir.

Os custos de distribuição, de administração geral e financeiros não são incorporáveis no custo de produção.

4.1.4 - Quando se trate de activos do imobilizado obtidos a título gratuito deverá considerar-se o valor resultante da avaliação ou o valor patrimonial definidos nos termos legais ou, caso não exista disposição aplicável, o valor resultante da avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza desses bens. O critério de valorimetria aplicado deverá ser explicitado e justificado no anexo adequado (nota 8.2.3).



Caso este critério não seja exequível, o immobilizado assume o valor zero até ser objecto de uma grande reparação assumindo então o montante desta.

Na impossibilidade de valorização dos bens ou quando estes assumam o valor zero, devem ser identificados em anexo e justificada aquela impossibilidade (nota 8.2.14).

4.1.5 - No caso de inventariação inicial de activos cujo valor de aquisição ou de produção se desconheça, aplica-se o disposto no número anterior.

4.1.6 - No caso de transferências de activos entre entidades abrangidas pelo presente Plano ou por este e pelo POCP, o valor a atribuir será o valor constante nos registos contabilísticos da entidade de origem, desde que em conformidade com os critérios de valorimetria estabelecidos no presente Plano, salvo se existir valor diferente do fixado no diploma que autorizou a transferência ou, em alternativa, valor acordado entre as partes e sancionado pelos órgãos e entidades competentes.

Na impossibilidade de aplicação de qualquer das alternativas referidas, será aplicado o critério definido no n.º 4.1.4.

4.1.7 - Os bens de domínio público são incluídos no activo immobilizado da autarquia local responsável pela sua administração ou controlo, estejam ou não afectos à sua actividade operacional.

A valorização destes bens será efectuada, sempre que possível, ao custo de aquisição ou ao custo de produção, devendo nos casos restantes aplicar-se o disposto no n.º 4.1.6.

4.1.8 - As despesas de instalação, bem como as de investigação e de desenvolvimento, devem ser amortizadas no prazo máximo de cinco anos.

4.1.9 - Nos casos em que os investimentos financeiros, relativamente a cada um dos seus elementos específicos, tiverem, à data do balanço, um valor inferior ao registado na contabilidade, este pode ser objecto da correspondente redução, através da conta apropriada. Esta não deve subsistir logo que deixe de se verificar a situação indicada.

4.1.10 - Quando à data do balanço os elementos do activo immobilizado corpóreo e incorpóreo, seja ou não limitada a sua vida útil, tiverem um valor inferior ao registado na contabilidade, devem ser objecto de amortização correspondente à diferença, se for de prever que a redução desse valor seja permanente. Aquela amortização extraordinária não deve ser mantida se deixarem de existir os motivos que a originaram.

4.1.11 - Como regra geral, os bens de immobilizado não são susceptíveis de reavaliação, salvo se existirem normas que a autorizem e que definam os respectivos critérios de valorização.

4.1.12 - Sem prejuízo do princípio geral de atribuição dos juros suportados aos resultados do exercício, quando os financiamentos se destinarem a immobilizações, os respectivos custos poderão ser imputados à compra e produção das mesmas, durante o período em que elas estiverem em curso, desde que isso se considere mais adequado e se mostre consistente.

Se a construção for por partes isoláveis, logo que cada parte estiver completa e em condições de ser utilizada cessará a imputação dos juros a ela inerentes. “

No que respeita às amortizações efectuadas aos bens do Património Municipal, a mesma disposição legal prevê, no ponto 2.7.2:

“2.7.2 - Amortizações



O método para o cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes.

Para efeitos de aplicação do método das quotas constantes, a quota anual de amortização determina-se aplicando aos montantes dos elementos do activo imobilizado em funcionamento as taxas de amortização definidas na lei.

O valor unitário e as condições em que os elementos do activo imobilizado sujeitos a depreciação ou a deperecimento possam ser amortizados num só exercício são os definidos na lei.

A fixação de quotas diferentes das estabelecidas na lei, para os elementos do activo imobilizado corpóreo adquirido em 2.ª mão, é determinada pelo órgão deliberativo da autarquia local sob proposta do órgão executivo, acompanhada de justificação adequada. “

Dentro destes critérios que vêm sendo aplicados ao longo dos exercícios económicos, os movimentos em contas de imobilizado foram os que se apresentam nos quadros anexos seguintes:

Domínio Público

Valores em euros

Rubricas	Descrição	Saldo Inicial	Amortizações	Saldo Final
451	Terrenos e recursos naturais	5.625.695,49 €		5.625.695,49 €
452	Edifícios	944.503,36 €	128.163,18 €	816.340,18 €
453	Outras construções e infraestuturas	205.990.410,36 €	143.455.834,37 €	62.534.575,99 €
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	137.506,23 €		137.506,23 €
459	Outros bens de domínio público	7.679.949,45 €	1.618.472,46 €	6.061.476,99 €
445	Imobilizações em curso bens de domínio público	2.346.754,20 €		2.346.754,20 €
446	Adiantamentos por conta bens de domínio público			- €
		222.724.819,09 €	145.202.470,01 €	77.522.349,08 €

Quadro 28: Imobilizado Domínio Público



Imobilizado corpóreo

Valores em euros

Rubricas	Descrição	Saldo Inicial	Amortizações	Saldo Final
421	Terrenos e recursos naturais	43.544.431,25 €		43.544.431,25 €
422	Edifícios e outras construções	262.738.642,39 €	40.117.555,39 €	222.621.087,00 €
423	Equipamento básico	4.409.574,74 €	3.262.460,53 €	1.147.114,21 €
424	Equipamento transporte	2.517.643,47 €	2.181.404,06 €	336.239,41 €
425	Ferramentas e utensílios	495.558,26 €	375.651,63 €	119.906,63 €
426	Equipamento administrativo	4.649.857,90 €	3.850.979,99 €	798.877,91 €
427	Taras e vasilhame			- €
429	Outras imobilizações corpóreas	5.128.625,91 €	4.048.988,60 €	1.079.637,31 €
442	Imobilizações em curso imobilizações corpóreas	2.058.168,39 €		2.058.168,39 €
448	Adiantamentos por conta imobilizações corpóreas	1.249.992,00 €		1.249.992,00 €
		326.792.494,31 €	53.837.040,20 €	272.955.454,11 €

Quadro 29: Imobilizado corpóreo

Investimentos Financeiros

Valores em euros

Rubricas	Descrição	Saldo Inicial	Ajustamento	Saldo Final
411	Partes de capital	842.689,01 €	371,15 €	842.317,86 €
412	Obrigações e títulos de participação	2.847.639,87 €	- €	2.847.639,87 €
4141	Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €
4142	Edifícios e outras construções	- €	- €	- €
4151	Depósitos em instituições financeiras	- €	- €	- €
4152	Títulos de dívida pública	- €	- €	- €
4153	Outros títulos	- €	- €	- €
441	Imobilizações em curso investimentos financeiros	- €	- €	- €
447	Adiantamentos por conta investimentos financeiros	- €	- €	- €
		3.690.328,88 €	371,15 €	3.689.957,73 €

Quadro 30: Investimentos financeiros



Relativamente ao imobilizado, o processo de inventariação do património municipal da Autarquia encontra-se em permanente atualização, sendo que são regularmente efetuadas verificações da situação do imobilizado, bem como atualizados os processos nas entidades externas competentes, como a Autoridade Tributária e a Conservatória do Registo Predial.

c. Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros no final do ano decompõem-se da seguinte forma:

Valores em euros

Designação	Valor
Programa URBAN II	637.622,91 €
Ocupação da Via Pública	14.030,20 €
Publicidade	101.459,71 €
Serviços - outros	668,05 €
Loteamentos e obras	211.710,09 €
Mercados e feiras	11.284,96 €
Produtos alimentares e bebidas	306.201,52 €
Rendas - outras	242.570,60 €
Aluguer de espaços e equipamentos	6.225,31 €
Resíduos Sólidos Urbanos	971.980,18 €
Águas de Gondomar – Rendas de Concessão	3.602.571,93 €

Quadro 31: Dívidas de terceiros

De referir que aparece pela primeira vez a rubrica dos valores de Resíduos Sólidos Urbanos facturados e não cobrados ao longo da concessão atribuída à empresa Águas de Gondomar, bem como foram constituídas provisões pela antiguidade desses montantes não cobrados.



d. Disponibilidades

A 31 de dezembro de 2016, o montante em caixa foi de 17 246,68 euros, sendo o valor em numerário de 16 264,74 euros e o valor em cheques recebidos, por depositar, de 981,94 euros.

O saldo depositado em instituições bancárias ficou fixado em 6 377 032,03 euros.

e. Proveitos Diferidos

Na rubrica de proveitos diferidos encontram-se inscritos os valores referentes a comparticipações de investimentos amortizáveis.

São incluídos também, os proveitos referentes à cedência de créditos futuros, por 20 anos, das rendas de habitação, operação realizada em 2006.

Os movimentos do ano incluem as comparticipações recebidas, as amortizações e eventuais regularizações.

Valores em euros

URBAN II		
Requilificação e criação de espaços públicos - 1º fase		8.070,04 €
Centro de Multivalências dos Carreiros		9.205,95 €
Requal. Criação Espaços Públicos - Esp. Env. Esc. Boucinha		9.847,16 €
Requal. Criação Espaços Públicos - Esp. Env. Esc. Santegãos		597,29 €
Apoio à integração e Mobilidade Pessoas Deficientes		3.364,05 €
Req. do Espaço Env. e das Fachadas do C. Hab. de Carreiros		6.377,77 €
Requal. Criação Espaços Públicos - Benef. Arruamentos Área de Intervenção		8.913,39 €
Requal. Criação Espaços Públicos - Benef. Área de Intervenção 2º fase		18.008,21 €
Jardim de Infância da Triana		2.975,30 €
Mercado da Areosa		5.591,73 €



ON- Operação Norte

Reabilitação Urbana Triana Areosa - Rio Tinto	3.081,10 €
Via Estruturante Norte - Sul (Av. Conduta)	2.838,14 €
Duas passagens inferiores sob a linha CF Leixões	1.943,34 €
Gondomar - Espaço Ourivesaria	7.640,30 €
Remodelação, Conservação Parque Escolar de Gondomar	2.102,58 €
Pavilhão Multiusos	39.131,09 €
Infraestruturas Eixos Viários	5.118,35 €
Construção da nova Ponte de Foz de Sousa	13.928,86 €
Beneficiação da Ligação de Ponte Foz de Sousa a Jancido	18.305,36 €
Beneficiação da Estrada D. Miguel	63.539,27 €
Quinta da Bandeirinha	7.057,28 €
Biblioteca Municipal	14.430,68 €
Requalificação Urbana e Ambiental da Zona Ribeirinha	445.924,22 €
PER Bairro Mineiro	10.864,15 €
Programa Pro-Habita St Eulália	40.024,74 €
Programa Pro-Habita Triana	31.159,12 €
Programa Pro-Habita Giesta	5.753,16 €
Programa Pro-Habita Ponte	3.944,15 €
Programa Pro-Habita Vila Verde	13.995,38 €

POA Programa Operacional do Ambiente

Requalificação e Valorização Ambiental do Vale de Rio Tinto	39.380,85 €
---	-------------

Habitação Social D.L. 226/87

Habitação Social - Baguim do Monte	7.615,93 €
Habitação Social - S. Cosme	3.251,00 €
Habitação Social - S. Pedro Cova	7.954,53 €



QREN	
Escola EB1/JI Seixo	7.388,22 €
Escola EB1/JI Bela Vista 2	9.824,62 €
Escola EB1 da Arroteia	5.713,17 €
Escola EB1 de S. Caetano 1	8.151,84 €
Escola EB1 Passal	2.108,99 €
Centro Escolar de Valbom	32.540,18 €
Centro Escolar de Carvalhal e Mó	24.678,42 €
Parque Tecnológico e de Negócios de Gondomar	214.511,36 €
Centro Escolar de Boavista- Lourinha	36.319,69 €
Centro Escolar de Gondomar	30.268,94 €
Centro Escolar da Venda Nova	24.757,83 €
Centro Escolar de Baguim do Monte	24.845,16 €
Ligação da Rua dos Carregais (IC29) à EN209	36.550,64 €
Ligação da Avenida da Conduta à ZI da Portelinha	31.466,39 €
Quadros interactivos	30.265,21 €
Plano Municipal de Emergência	17.437,33 €
Ligação A43/IC29	41.514,57 €
Via Direcional	36.038,01 €
Complexo Desportivo de Valbom	16.369,69 €
Centro de Acolhimento de Crianças e Jovens	8.993,11 €

Requalificação Rede Escolar - DREN	
Escola E.B. 2,3 de Rio Tinto	74.322,72 €
Escola E.B. 2,3 de Gondomar	71.525,09 €

Alargamento da Rede Pré-Escolar - DREN	
JI de St. Eulália	3.432,74 €
JI Pinheiro de Além	1.129,71 €
JI Portelinha nº2	1.015,24 €
Centro Infantil dos Carregais	3.277,28 €

Regulação da Iluminação pública	
Regulação da iluminação pública em Gondomar	87.500,00 €



Loja Interativa de Gondomar	
Loja Inteactiva de Gondomar (tx média)	22.556,39 €

Eficiência Energética nas Piscinas Municipais	
Piscinas Municipais de Baguim do Monte	1.998,01 €
Piscinas Municipais de Fânzeres	8.570,74 €
Piscinas Municipais de Medas	7.747,23 €
Piscinas Municipais de Rio Tinto	8.667,95 €
Piscinas Municipais de S. Cosme	1.913,77 €
Piscinas Municipais de Valbom	1.923,44 €
Piscinas Municipais de S. Pedro da Cova	1.845,52 €

Quadro 32: Distribuição proveitos diferidos

f. Acréscimos de Proveitos

Nesta rubrica registam-se os proveitos referentes a Dezembro de 2016, mas que se traduzirão em receita no ano de 2017.

Valores em euros

	Componente	Valor referente a 2016
Acréscimo de Proveitos	Impostos	2.090.360,96 €
	Outros acréscimos de proveitos	155.136,76 €

Quadro 33: Distribuição dos acréscimos de proveitos

g. Acréscimos de Custos

Os acréscimos de custos incluem os custos do exercício de 2016 a liquidar no exercício de 2017, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, dos quais se destacam:



	Componente	Valor referente a 2016
Acréscimo de custos	Seguros a liquidar	27.835,97 €
	Remunerações a liquidar	2.816.108,26 €
	Juros a liquidar	47.187,80 €
	Outros acréscimos de custos	798.554,56 €

Quadro 34: Distribuição dos acréscimos de custos

h. Custos Diferidos

Os valores referentes às despesas pagas em 2016, mas que se referem a custos de 2017, explicitam-se no mapa a seguir:

	Componente	Valor referente a 2016
Custos diferidos	Rendas	1.792,50 €

Quadro 35: Distribuição dos custos diferidos

i. Dívidas de Médio e Longo Prazo

Da análise das componentes de médio e longo prazo temos duas rubricas que se descrevem no quadro seguinte:



Conta	Descrição	2016	2015	2014	2013
2312	Dívidas a instituições de crédito	40.635.087,84 €	44.062.831,60 €	47.495.068,90 €	50.886.486,83 €
2689	Credores de médio e longo prazo - EDP	49.189.301,47 €	50.825.937,19 €	52.414.927,75 €	53.957.649,79 €
	TOTAL	89.824.389,31 €	94.888.768,79 €	99.909.996,65 €	104.844.136,62 €

Quadro 36: Dívidas de médio e longo prazo

Nota: Para efeitos de elaboração do quadro acima foram considerados os montantes totais relativos às dívidas a instituições financeiras e à EDP, ao contrário do Balanço em que está desagregado o montante de médio e longo prazo e o de curto prazo.

A evolução desde 2013 das componentes de médio e longo prazo pode ser verificada no seguinte gráfico:

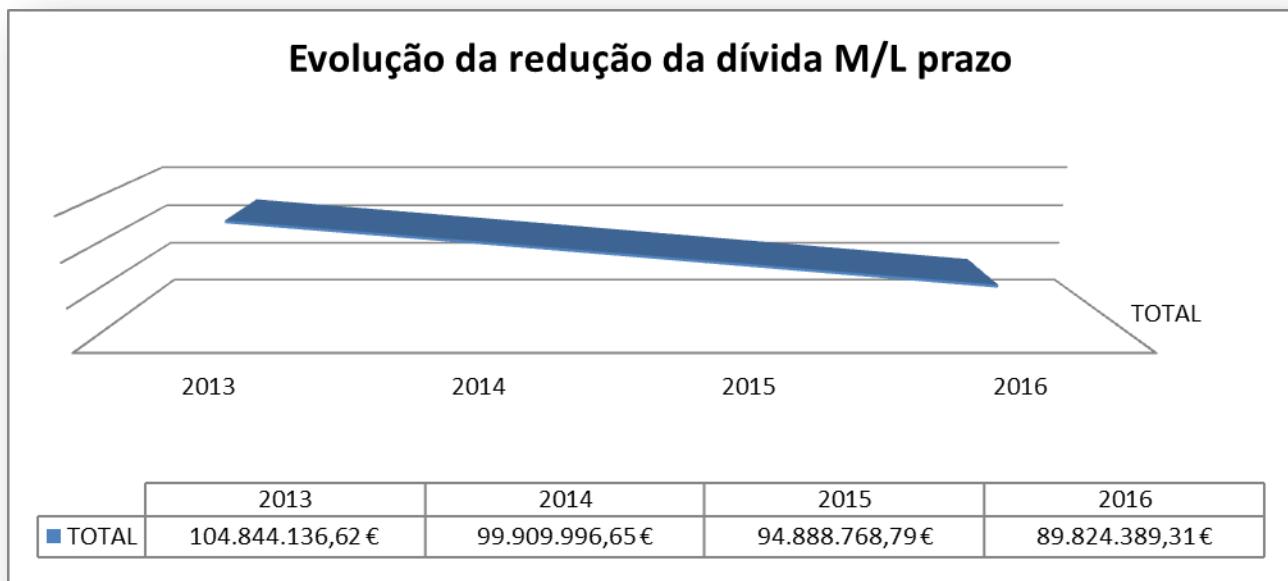


Gráfico 8: Evolução dívida médio e longo prazo



j. Dívidas de Curto prazo

Relativamente à componente de Dívidas de curto prazo, descreve-se no quadro seguinte:

Valores em euros

Descrição	2016	2015
Fornecedores	3.033.402,16 €	3.346.747,95 €
Fornecedores de imobilizado	448.208,02 €	300.700,34 €
Estado e outros entes públicos	291.987,70 €	302.891,59 €
Outros credores	1.446.867,86 €	1.256.958,12 €

Quadro 37: Dívidas de curto prazo

Por se tratar de uma rubrica de curto prazo e como tal suscetível de bastantes flutuações não se ilustra graficamente, nem será pertinente a análise da variação percentual entre anos.

Na elaboração do mapa acima foram excluídos os valores relativos ao Fundo de Apoio Municipal (FAM e o montante que está registado em Garantias e Cauções.



5. Análise da Demonstração dos Resultados

A Demonstração de Resultados por natureza adequa-se ao previsto no POCAL, apresentando os resultados das operações económicas (custos e proveitos) da Autarquia durante o ano de 2016:

Valores em euros

DESCRIPÇÃO	2016	2015	Variação
Custos e Perdas			
Fornecimentos e serviços externos	22.107.243,37 €	20.864.175,38 €	5,96%
Custos com o pessoal	22.917.734,75 €	22.926.470,69 €	0,64%
Transferências e subsídios correntes	4.508.150,08 €	4.306.475,52 €	-3,88%
Amortizações do exercício	17.871.521,27 €	17.082.145,71 €	4,15%
Provisões do exercício	312.511,37 €	1.502.694,13 €	-65,71%
Outros custos e perdas operacionais	405.353,39 €	215.100,36 €	-41,76%
Custos e perdas financeiras	264.854,47 €	349.357,62 €	-15,45%
Custos e perdas extraordinárias	1.173.172,48 €	2.872.331,00 €	143,79%
TOTAL DE CUSTOS	69.560.541,18 €	70.118.750,41 €	0,77%
Resultado líquido do exercício	- 1.409.301,09 €	- 7.282.403,86 €	
Proveitos e Ganhos			
Vendas de produtos	- €	1.156,50 €	-97,35%
Prestações de serviços	7.901.272,06 €	7.535.055,77 €	4,41%
Rendas	3.876.216,93 €	4.257.118,27 €	-9,56%
Impostos e taxas	24.474.005,84 €	22.138.062,70 €	3,42%
Transferências e subsídios obtidos	26.395.606,10 €	26.045.980,20 €	10,69%
Proveitos e ganhos financeiros	10.302,72 €	111.726,87 €	-41,11%
Proveitos e ganhos extraordinários	5.493.836,44 €	2.747.246,24 €	31,95%
TOTAL DE PROVEITOS	68.151.240,09 €	62.836.346,55 €	6,18%

Quadro 38: Demonstração de resultados

Da análise do quadro acima podemos retirar as seguintes conclusões:



- Os Proveitos do Exercício são de 68.151.240,09 euros, tendo aumentado em 6% relativamente ao ano anterior;
- Para este incremento contribuiu as transferências e subsídios obtidos (10,69%), nomeadamente com algumas comparticipações de fundos comunitários em *overbooking* do último quadro comunitário de apoio (QREN);
- Os Custos do Exercício atingiram o valor de 69.560.541,18 euros, sendo que a sua descida é inferior a um ponto percentual;
- O Resultado Líquido do Exercício foi de – 1.409.301,09 euros.

Tal como foi feito para o Balanço, a seguir apresenta-se a decomposição de cada uma das rubricas para uma análise mais detalhada.



a. Fornecimentos e serviços externos

Os Fornecimentos e Serviços Externos, registados em 2016 pelo valor total de 22 107 243,37 euros, decompõem-se da seguinte forma, nas componentes mais significativas:

Valores em euros

Conta	Designação	2016	2015	Variação
622111	Encargos de instalações - Eletricidade	1.407.342,21 €	1.434.347,00 €	-1,88%
622112	Iluminação pública - energia	2.004.378,19 €	2.489.067,59 €	-19,47%
62212	Combustíveis	1.104.312,97 €	964.006,26 €	14,55%
62213	Água	778.253,34 €	846.209,34 €	-8,03%
62217	Material de escritório	99.312,88 €	110.768,95 €	-10,34%
62219	Rendas e alugueres	340.524,21 €	330.146,00 €	3,14%
62222	Comunicação	204.947,03 €	153.392,24 €	33,61%
62223	Seguros	39.189,10 €	254.942,16 €	-84,63%
622321	Edifícios e outras construções-Conservação e Rep.	1.051.949,57 €	984.132,82 €	6,89%
622323	Equipamento de transporte-Conservação e Rep.	307.997,32 €	302.535,26 €	1,81%
622326	Espaços Verdes - Conservação e Reparação	61.215,18 €	17.227,87 €	255,33%
622329	Outras conservações e reparações	663.733,62 €	856.607,54 €	-22,52%
62233	Publicidade e propaganda	177.663,94 €	166.866,07 €	6,47%
622341	Limpeza das instalações	350.604,50 €	376.448,53 €	-6,87%
622344	Limpeza Urbana	1.249.427,06 €	1.249.426,57 €	0,00%
622345	Resíduos Urbanos	1.725.309,84 €	1.693.911,65 €	1,85%
622346	Recolha seletiva	1.266.754,93 €	1.201.510,04 €	5,43%
62236	Trabalhos especializados	1.585.070,02 €	710.752,90 €	123,01%
62237	Tratamento de resíduos sólidos	2.633.030,34 €	2.503.268,69 €	5,18%
62239	Transportes Escolares	281.755,55 €	300.501,45 €	-6,24%
62290	Encargos de cobrança	561.044,77 €	730.565,02 €	-23,20%
6229802	Atividades culturais e turísticas	257.195,07 €	169.258,05 €	51,95%
6229803	Atividades desportivas	446.028,79 €	405.638,54 €	9,96%
6229807	Atividades educativas	359.082,95 €	172.796,94 €	107,81%
6229809	Refeitórios	1.649.131,58 €	1.473.187,08 €	11,94%
6229899	Fornecimentos e serviços diversos	1.144.753,34 €	624.015,53 €	83,45%

Quadro 39: Fornecimentos e serviços externos



Notas ao quadro referente aos Fornecimentos e Serviços Externos:

- O valor de crescimento elevado existente na conta 6223211 – Edifícios e outras construções, refere-se em grande parte às obras de construção de relvados sintético em Gondomar que, por se tratar de um imóvel que não pertence ao Património Municipal foi necessário contabilizar nesta rubrica;
- O crescimento verificado na rubrica de “Espaços verdes e conservação” referem-se à construção de apetrechamento de parques infantis em espaço público;
- Da análise do quadro acima salienta-se ainda que por vezes a expressão da variação percentual ser significativa, isso não implica que a mesma se traduza numa expressão monetária materialmente relevante.

b. Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais

A rubrica Transferência e Subsídios Correntes, registados em 2015 pelo valor total de 4.508.150,08 € euros, decompõe-se da seguinte forma, nas suas componentes materialmente relevantes:

Valores em euros

Conta	Designação	2016	2015	Variação
631361	Freguesias - Protocolos	1.230.000,00 €	1.230.000,00 €	0,00%
631362	Freguesias - Outros	69.441,80 €	103.198,34 €	-32,71%
6316111	Associações - Apoios Pecuniários	2.257.719,46 €	2.210.417,05 €	2,14%
631612	Escolas	551.658,40 €	408.053,44 €	35,19%
631621	Ação Social - famílias	388.670,59 €	351.681,69 €	10,52%
631629	Outros - famílias	2.000,00 €	3.125,00 €	-36,00%

Quadro 40: Composição das transferências correntes



c. Custos com pessoal

Os custos com o pessoal que foram contabilizados no exercício de 2016, totalizaram 22.917.734,75 euros, decompondo-se da seguinte forma, nas suas componentes mais significativas:

Valores em euros

Conta	Designação	2016	2015	Variação
641	Remunerações dos membros dos órgãos autárquicos	243.179,67 €	201.717,12 €	20,55%
642	Remunerações do pessoal	17.286.412,06 €	17.512.842,43 €	-1,29%
643	Pensões	44.113,77 €	84.341,31 €	-47,70%
644	Outras remunerações	93.416,04 €	86.855,34 €	7,55%
645	Encargos sobre remunerações	3.723.110,41 €	3.807.197,23 €	-2,21%
646	Seguros acidentes trabalho e doenças profissionais	377.914,74 €	271.965,89 €	38,96%
648	Outros custos com o pessoal	1.149.588,06 €	961.551,37 €	19,56%

Quadro 41: Custos com pessoal

d. Amortizações do exercício

As amortizações de bens do imobilizado, apuradas de acordo com as regras do POCAL e do CIBE-Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, totalizaram 17.871.521,27 euros, no exercício de 2016 e, estão compostas da seguinte forma:

Valores em euros

Conta	Designação	2016	2015	Variação
6622	Edifícios e outras construções	3.956.901,94 €	4.039.586,95 €	-2,05%
6623	Equipamento básico	316.877,58 €	339.198,38 €	-6,58%
6624	Equipamento de transporte	77.553,84 €	96.164,26 €	-19,35%
6625	Ferramentas e utensílios	33.572,51 €	33.157,31 €	1,25%
6626	Equipamento administrativo	326.383,25 €	334.284,05 €	-2,36%
6628	Outras imobilizações corpóreas	256.792,32 €	261.293,23 €	-1,72%
6652	Edifícios	12.103,69 €	12.103,69 €	0,00%
6653	Outras construções e infraestruturas	12.502.122,80 €	11.963.699,70 €	4,50%
6659	Outros Bens do Domínio Público	389.213,34 €	2.658,14 €	14542,32%

Quadro 42: Amortizações do Exercício



Nota: o aumento significativo na rubrica 6659, respeita à infra-estrutura do POLIS, cuja reclassificação de conta ocorreu em 2015 mas, só em 2016 foram apuradas as amortizações desta conta (POLIS) reclassificação em 2015 que produziu efeitos em 2016

e. Provisões do exercício

As provisões do exercício comportam as necessárias para fazer face às situações de cobrança duvidosa, de acordo com as regras previstas no POCAL e atingiu o montante 312.511,37 euros, as quais estão detalhadas nas notas relativamente à análise do Balanço.

f. Custos e perdas financeiros

Os custos e perdas financeiras totalizaram o valor de 264.854,47 euros, sendo que as componentes mais significativas são:

Valores em euros

Conta	Designação	2016	2015	Variação
681	Juros suportados	249.303,88 €	306.998,22 €	-18,79%
688	Outros custos e perdas financeiros	15.550,59 €	13.554,47 €	14,73%

Quadro 43: Custos e perdas financeiras



g. Custos e perdas extraordinários

Os custos e perdas extraordinários apurados, totalizaram 1.173.172,48 euros, sendo as suas componentes mais significativa:

Valores em euros

Conta	Designação	2016
691	Transferências de capital concedidas	1.041.582,85 €
692	Dívidas incobráveis	8.756,36 €
6942	Perdas em imobilizações corpóreas	117.664,64 €
697	Correções relativas a exercícios anteriores	4.821,60 €

Quadro 44: Custos e perdas extraordinárias

Notas ao quadro dos custos extraordinários:

- a) Por se tratar de uma rubrica de movimentos excepcionais, não são apresentados os valores referentes ao exercício de 2015;
- b) Durante 2016, foram alienados alguns imóveis, motivo pelo qual o valor em “Perdas em Imobilizações” tem um valor mais alto;
- c) Os proveitos relativo à alienação de imobilizado corpóreo, no mesmo período foram de 209.322,43 euros.



h. Vendas e Prestações de serviços

As vendas e serviços prestados pela Autarquia durante o exercício e 2016, totalizaram o montante de 11.777.488,99 euros e, podem demonstrar-se no quadro seguinte nos seus valores mais significativos:

Valores em euros

Designação	2016	2015	Variação
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	1.156,50 €	-100,00%
Aluguer de espaços e equipamentos	88.165,20 €	54.585,00 €	61,52%
Serviços culturais	2.820,10 €	19.438,45 €	-85,49%
Serviços desportivos	1.282.363,23 €	1.335.447,93 €	-3,98%
Resíduos sólidos	5.279.537,82 €	5.114.348,20 €	3,23%
Mercados e feiras	261.196,69 €	209.167,47 €	24,87%
Outros	234.400,36 €	64.939,76 €	260,95%
Produtos alimentares e bebidas	752.788,66 €	737.139,91 €	2,12%
Rendas - Habitações	1.097.208,07 €	1.197.447,42 €	-8,37%
Rendas - Edifícios	230.628,00 €	230.256,00 €	0,16%
Rendas - Outras	506.466,86 €	2.829.414,85 €	-82,10%

Quadro 45: Vendas e prestações de serviços

i. Impostos e Taxas

Os impostos e taxas cobrados pela Autarquia durante o exercício e 2016, totalizaram 24.474.005,84 euros, podendo demonstrar-se no quadro seguinte que contém os valores mais significativos:



Designação	2016	2015	Variação
IMI	14.529.375,36 €	14.306.203,23 €	1,6%
IUC	3.124.652,47 €	2.996.733,46 €	4,3%
IMT	2.966.073,26 €	2.321.513,38 €	27,8%
Derrama	2.360.324,06 €	1.565.692,04 €	50,8%
Impostos abolidos	5.875,38 €	1.568,36 €	274,6%
Impostos - Loteamentos e obras	397.841,22 €	169.201,69 €	135,1%
Impostos - Ocupação da via pública	173.364,17 €	163.822,94 €	5,8%
Impostos - Publicidade	289.173,05 €	250.740,05 €	15,3%
Impostos - TMDP	73.547,41 €	78.155,21 €	-5,9%
Impostos - Outros	99.735,32 €	59.828,98 €	66,7%
Taxas - Loteamentos e obras	598.614,57 €	372.395,83 €	60,7%
Taxa de depósito da ficha técnica da habitação	541,95 €	410,90 €	31,9%
Taxa pela emissão do certificado de registo	411,33 €	55,11 €	646,4%
Taxa de vistoria - CAM	20,00 €	349,88 €	-94,3%
Outras	80.163,52 €	53.344,65 €	50,3%

Quadro 46: Impostos e taxas

j. Transferência e subsídios obtidos

As transferências e subsídios obtidos pela Autarquia durante o exercício e 2016, totalizaram 26.395.606,10 euros e, podem demonstrar-se no quadro seguinte que contém os valores mais significativos:



Valores em euros

Designação	2016	2015	Variação
FEF	9.174.824,00 €	9.052.979,00 €	1,35%
FSM	2.278.209,00 €	2.278.209,00 €	0,00%
Participação fixa no IRS	5.637.824,00 €	5.553.649,00 €	1,52%
Educação - Actividades Extra curriculares	468.130,25 €	551.100,56 €	-15,06%
Educação - Pessoal não docente	4.348.095,18 €	4.566.218,66 €	-4,78%
Educação - Auxílios económicos	2.917.376,71 €	2.524.670,73 €	15,55%
Educação - Outras	180.000,00 €	180.000,00 €	0,00%
Outras comparticipações	215.224,06 €	149.064,87 €	44,38%
Transferências de capital	1.175.922,90 €	1.173.167,22 €	0,23%
FEF- capital	1.019.425,00 €	1.005.886,00 €	1,35%
Outras Transferências de Capital obtidas	156.497,90 €	167.281,22 €	-6,45%

Quadro 47: Transferências e subsídios obtidos

k. Proveitos e ganhos financeiros

Nos Proveitos Financeiros apurou-se o montante total de 10.302,72 euros, destacando-se, essencialmente, os juros de depósitos e o valor referente aos dividendos da empresa Portgás.

Valores em euros

Conta	Designação	2016	2015
781	Juros e ganhos financeiros	7.122,91 €	55.395,29 €
782	Ganhos em empresas participadas	3.179,81 €	55.844,77 €

Quadro 48: Proveitos e ganhos financeiros



I. Proveitos e ganhos extraordinários

Nos Proveitos Extraordinários apurou-se o valor total de 5.493.836,44 euros, destacando-se, essencialmente as rubricas do quadro abaixo:

Valores em euros

Conta	Designação	2016
7941	Ganhos em alienação de investimentos financeiros	379.476,00 €
7942	Ganhos em alienação de imobilizações corpóreas	209.322,43 €
7951	Multas	79.179,51 €
7952	Juros de mora	1.279.210,06 €
796	Redução de provisões	1.056.152,59 €
7983	Transferência de capital	1.799.103,67 €
7988	Outros Proveitos e Ganhos extraordinários	645.318,96 €

Quadro 49: Proveitos e ganhos extraordinários

Da leitura do quadro acima, salientam-se os seguintes pontos:

- Uma redução de provisões referente a processos judiciais derivado dos acordos de pagamento entretanto alcançados;
- Juros de mora: transferidos pela Autoridade Tributária, referente ao IMI e IMT desde 2004;
- A rubrica 7983 – Transferência de capital, releva os proveitos em cada ano dos subsídios ao investimento recebidos.

Por se tratar de uma rubrica que, pela sua natureza, não regista movimentos regulares na contabilidade, não são apresentados os valores referentes ao exercício de 2015.



6. Endividamento

A gestão da dívida tem-se pautado por princípios de rigor e forte controlo, por opção do Município, não obstante as restrições impostas pela Lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais e pela Lei do Orçamento de Estado,

A política financeira seguida continuou, assim, no sentido de uma redução gradual do endividamento.

Valores em euros

Anos	2016	2015	2014	2013
Total passivo curto prazo	8.257.464,12 €	9.008.245,68 €	9.632.109,48 €	10.322.657,97 €
Total passivo médio e longo prazo	85.080.587,80 €	89.694.383,07 €	94.866.971,09 €	99.909.994,65 €
Total Passivo	93.338.051,92 €	98.702.628,75 €	104.499.080,57 €	110.232.652,62 €

Quadro 50: Evolução do endividamento

Nota: Para construção deste quadro é contabilizado todo o passivo relevante para o apuramento da dívida total, nos termos do RFLAEI.

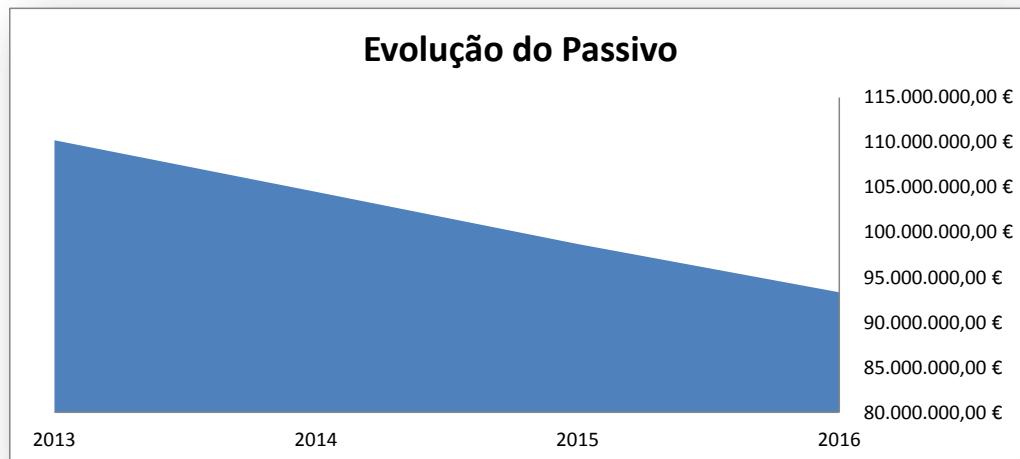


Gráfico 9: Evolução do passivo



Com a entrada em vigor do novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI), que substitui a anterior LFL, os conceitos de endividamento municipal são alterados.

Os municípios passaram a estar sujeitos a um limite para a dívida total que engloba a totalidade dos empréstimos, incluindo aberturas de crédito, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento.

Esta Lei define no nº 1 do artigo 52º, que a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

De acordo com o artigo 54º, as entidades relevantes para efeitos de apuramento do montante da dívida total do município são os serviços municipalizados e intermunicipalizados, as entidades intermunicipais e entidades associativas municipais, as empresas locais e participadas, as cooperativas e fundações, bem como as entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique o controlo ou presunção de controlo por parte do município e, ainda, as associações participadas não exclusivamente por municípios que tenham por objeto a prossecução das atribuições e competências destes.



a. Cálculo Do Endividamento Municipal

Valores em euros

CÁLCULO DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL	
Lei nº 73/2013 de 3 de Setembro (LFL)	
Contas do Município de Gondomar	
Fornecedores	3.481.610,18 €
Empréstimos bancários	40.635.087,84 €
Estado	9.964,04 €
Outros credores	22.088,39 €
Divida à EDP	49.189.301,47 €
Total Dívida do Município	93.338.051,92 €
Contas das Entidades participadas	
LIPOR - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	9.732.913,21 €
Área Metropolitana do Porto	1.376,53 €
Associação Nacional Municípios Portugueses	324,77 €
Total Dívida Empresas Participadas	9.734.614,50 €
Endividamento Total do Município	103.072.666,42 €

Quadro 51: Cálculo do Endividamento Municipal

Note-se que à data do encerramento de contas, os elementos disponibilizados pelas entidades participadas são os acima relevados e provisórios, atendendo a que na maioria das entidades o encerramento de contas é feito até 31 de Março de cada ano.

Dispõe o nº 1 do artigo 52º da LFL, quanto ao limite da dívida total do Município:

“A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.”



Assim, a receita média do Município de Gondomar, conforme dispõe o RFALEI é a seguinte:

Valores em euros

Cálculo dos limite de endividamento - nº 1, artigo 52º, RFALEI	
Exercício	Receita
Receita corrente e outras receitas líquidas de 2013	58.205.916,00 €
Receita corrente e outras receitas líquidas de 2014	55.311.055,00 €
Receita corrente e outras receitas líquidas de 2015	58.678.251,92 €
RECEITA MÉDIA	57.398.407,64 €

Quadro 52: Receita média dos 3 últimos exercícios

b. Redução apurada do Endividamento Municipal

A multiplicação do coeficiente 1,5 pela média da receita corrente dá como resultado 86.097.611,46 euros, determinando a 01 de janeiro de 2016 um excesso ao limite de endividamento na ordem dos 23.658.695 euros. Assim sendo, o Município de Gondomar está obrigado a reduzir 10% deste excesso, tal qual refere a alínea a) do nº 3 do mesmo artigo:

“...deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10 % do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido...”

Assim, a redução do excesso de endividamento efetuada em 2016 foi a seguinte:

Valores em euros

Cálculo da redução efetuada		
Valor em Excesso a 01 de Janeiro de 2016	23.658.695 €	
Redução necessária em 2016	2.365.870 €	a) do nº 3 do artigo 52º do RFALEI
Valor do Excesso da Dívida Atual	16.975.055 €	
Redução efetuada - 31 de Dezembro 2016	6.683.640 €	Redução Superada

Quadro 53: Regularização do excesso de endividamento



Como vem sendo habitual no Município de Gondomar, no exercício de 2016 voltou a superar o mínimo necessário para a redução do excesso de endividamento, sendo que a este ritmo de redução de dívida, caso não exista mais nenhum tipo de constrangimento, o excesso de dívida poderá estar resolvido dentro de 3 exercícios económicos.

Ainda assim, para 2017, o endividamento do Município de Gondomar está com o coeficiente de 1,795, superior ao de 1,5 que está preceituado na Lei, pelo terá de continuar este esforço de ajustamento.

7. Contabilidade de custos

A contabilidade de custos é também uma das componentes da contabilidade autárquica, preconizada no POCAL.

Com a evolução da contabilidade e dos meios ao seu dispor torna-se necessário ser capaz de prestar cada vez mais informações sob diversas formas, respondendo de forma precisa a fins específicos solicitados pelos distintos utilizadores e em circunstâncias variadas, internos e externos, ao Município.

A vigência do POCAL, veio neste sentido, criar condições para a integração consistente da Contabilidade Orçamental, Patrimonial e de Custos, promovendo uma contabilidade autárquica moderna e um instrumento essencial no apoio à gestão das Autarquias Locais.

De salientar que a utilização da contabilidade de custos é obrigatória, tendo como fundamento legal o disposto 2.8.3.1 do POCAL, o qual determina que:

“A contabilidade de custos é obrigatória no apuramento do custo das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas e preços de bens e serviços”.

A informação que agora se apresenta, foi elaborada numa ótica de complementaridade face à contabilidade orçamental e patrimonial, pelo que, a sua leitura deve ser interpretada nesta perspetiva e não como um confronto de valores com a contabilidade patrimonial.

Uma das diferenças substanciais é o facto da contabilidade orçamental ter por base uma ótica de caixa (recebimentos vs pagamentos), enquanto a contabilidade de custos tem por base custos e proveitos do exercício, seguindo o princípio do acréscimo, tal qual ocorre na contabilidade patrimonial.

Outro aspeto relevante, é a presença de custos indiretos na contabilidade de custos, que tendo por base o POCAL, devem ser efetuados segundo coeficientes de imputação de cada função, bem ou serviço, correspondendo à percentagem do total dos respetivos custos diretos no total geral dos custos diretos apurados em todas as funções, bens ou serviços.

Com o propósito de prestar informação agregada pelas funções, apresenta-se o quadro seguinte:



Valores em euros

Função	Valor	Peso	Obs.
Função: 111 - Administração geral	1.516.326,76 €	2,33%	a)
Função: 121 - Protecção civil e luta contra incêndios	759.177,94 €	1,16%	b)
Função: 122 - Policia municipal	287.627,16 €	0,44%	c)
Função: 211 - Ensino não superior	14.275.594,04 €	21,90%	d)
Função: 212 - Serviços auxiliares de ensino	17.248,57 €	0,03%	e)
Função: 232 - Acção social	2.069.245,35 €	3,17%	g)
Função: 241 - Habitação	4.104.563,80 €	6,30%	h)
Função: 242 - Ordenamento do território	626.059,65 €	0,96%	i)
Função: 245 - Resíduos sólidos	8.573.225,93 €	13,15%	j)
Função: 246 - Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	5.271.969,48 €	8,09%	k)
Função: 251 - Cultura	1.923.968,55 €	2,95%	l)
Função: 252 - Desporto, recreio e lazer	6.808.240,94 €	10,45%	m)
Função: 253 - Outras actividades cívicas e religiosas	687.804,70 €	1,06%	n)
Função: 320 - Indústria e energia	2.594.024,47 €	3,98%	o)
Função: 330 - Transportes e comunicações	11.872.636,28 €	18,22%	p)
Função: 341 - Mercados e feiras	90.961,78 €	0,14%	q)
Função: 342 - Turismo	712.887,98 €	1,09%	r)
Função: 350 - Outras funções económicas	325.525,17 €	0,50%	s)
Função: 410 - Operações da dívida autárquica	87.825,77 €	0,13%	t)
Função: 420 - Transferências entre administrações	1.278.007,16 €	1,96%	u)
Função: 430 - Diversas não especificadas	4.527,14 €	0,01%	v)
TOTAL	65.177.607,15 €	100,00%	

Quadro 54: Contabilidade de custos

Legenda:

- a) Despesas transversais a vários serviços, como por exemplo os custos com pessoal que não se podem reconhecer nas rubricas abaixo,



- b) Custos com o serviço de proteção civil e apoios às corporações de bombeiros;
- c) Despesas com o serviço de Polícia Municipal,
- d) Despesas com ensino pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico,
- e) Despesas complementares de educação,
- f) Encargos com a segurança social e subsistemas,
- g) Despesas aplicadas em ações sociais,
- h) Despesas com a habitação social,
- i) Despesas com conservação;
- j) Encargos com o tratamento de resíduos sólidos e limpeza urbana;
- k) Custos com a manutenção de espaços verdes e proteção do ambiente;
- l) Custos com os apoios e iniciativas culturais
- m) Custos com apoios e iniciativas na área desportiva
- n) Custos com apoios a atividades cívicas e religiosas
- o) Despesas com a iluminação pública
- p) Despesas com a manutenção e conservação das infraestruturas rodoviárias
- q) Despesas inerentes aos mercados e feitas do município;
- r) Despesas de apoio à atividade turística;
- s) Despesas de apoio a atividades económicas;
- t) Despesas financeiras
- u) Transferências para as juntas de freguesia
- v) Custos não imputáveis a um atividade especificada nas alíneas anteriores

Nesta ótica de classificação funcional, as despesas de funcionamento dos órgãos municipais e dos serviços transversais a várias funções, nomeadamente os Órgãos da Autarquia, o Departamento de Relacionamento com o Cidadão e Modernização Administrativa, o Departamento Jurídico, o Departamento de Planeamento, Desenvolvimento Estratégico e Equipamento, a Divisão Financeira e Contabilidade, foram imputadas à subfunção Administração Geral.

As atividades desenvolvidas pelos restantes serviços da autarquia, foram imputadas às respetivas subfunções de acordo com a finalidade da despesa.

De igual forma, as despesas com pessoal de cada serviço responsável são imputadas às respetivas subfunções afetas a atividades desenvolvidas por cada um destes serviços.

As transferências para as freguesias foram distribuídas pela subfunção Transferências entre Administrações.

Os encargos de juros com empréstimos bancários e outros serviços bancários foram atribuídos à subfunção Operações da dívida autárquica.



8. Indicadores Económico- Financeiros

Os indicadores de gestão são uma forma de análise sintética, que devido ao facto da sua construção se basear em agregados patrimoniais diversificados, transmitem uma visão global da situação das finanças da edilidade.

Por outro lado, em termos de comparabilidade, e devido à especificidade de cada Município, nomeadamente na forma como se organiza, para dar cumprimento às suas atribuições e competências, não permitem a equiparação de realidades autárquicas diferentes.

a. Solvabilidade

Este rácio permite conhecer a capacidade do Município em dissolver os seus compromissos de médio/longo prazo.

Este indicador é calculado através da divisão entre Fundos Próprios e Passivo.

O seu valor deve ser superior a 50% para que haja boa solvabilidade, não devendo ser inferior a 35%.

O rácio de Solvabilidade do Município de Gondomar apresenta o valor de 104,72%, que não sendo ideal, é um bom indicador, uma vez que significa que o valor do património é praticamente suficiente para cobrir todas as dívidas da autarquia.

Este indicador tem vindo a subir ao longo dos três últimos exercícios, conforme se comprova pelo quadro e gráfico abaixo:

Índice de solvabilidade	2016	2015	2014	2013
Fundos Próprios / Passivo	104,72%	97,36%	97,18%	103,86%

Quadro 55: Índice de Solvabilidade

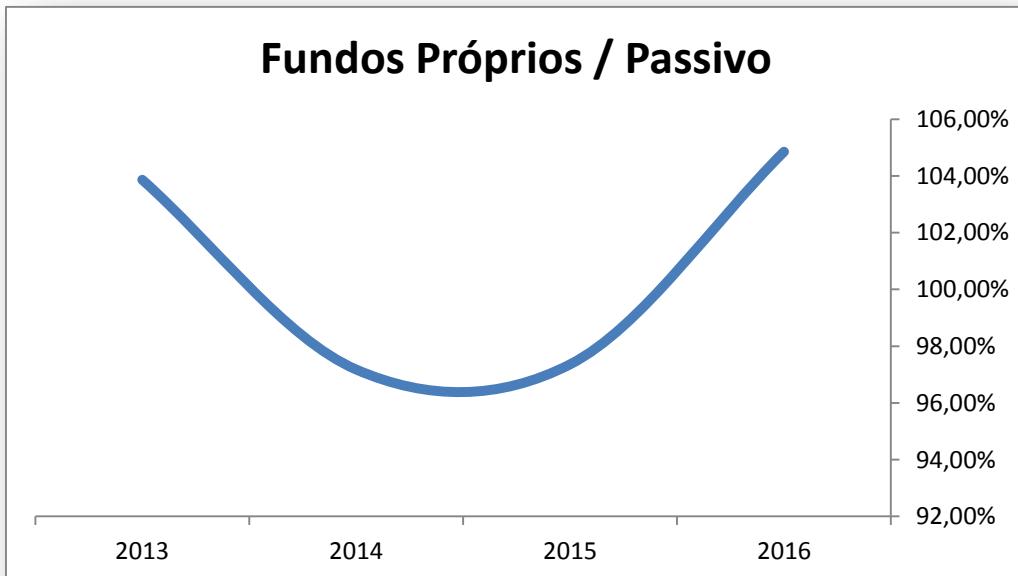


Gráfico 10: Índice de solvabilidade

b. Liquidez Geral

O Índice de Liquidez Geral representa a capacidade que a autarquia tem de dissolver os seus compromissos de curto prazo e é calculado através da divisão entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante, pelo que o seu valor deve ser superior a 1.

O valor encontrado foi de 0,6278 o que significa que as suas obrigações de curto prazo são superiores aos seus direitos de curto prazo.

Liquidez Geral	2016	2015	2014	2013
Ativo Circulante / Passivo Circulante	62,78%	49,26%	38,93%	95,02%

Quadro 56: Índice de liquidez geral

Esta situação reflete as atuais dificuldades de tesouraria decorrentes do elevado número de obrigações que o Município está comprometido. Ainda assim o valor tem vindo a evoluir favoravelmente face a 2013.

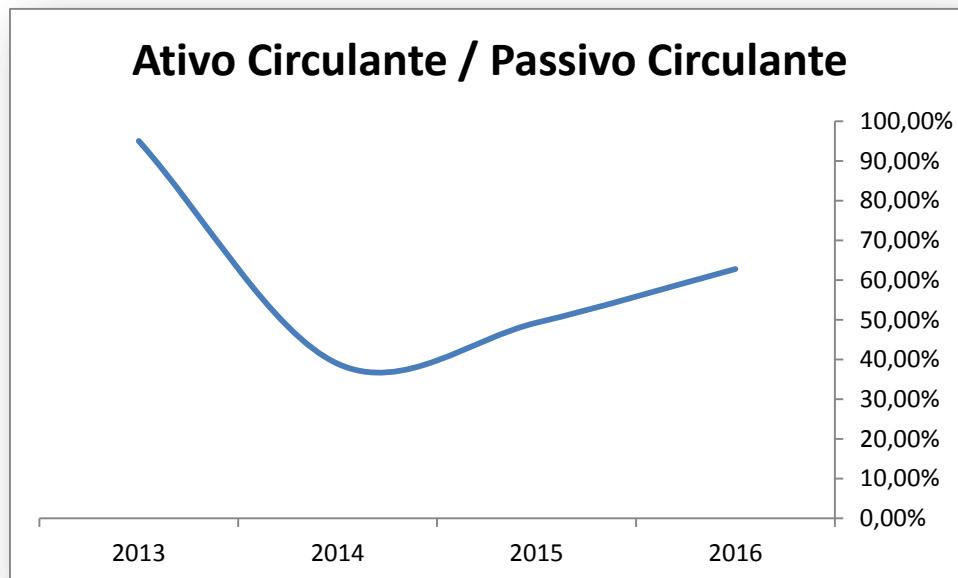


Gráfico 11: Índice de liquidez geral

c. Autonomia Financeira

Este rácio determina a dependência do Município face aos capitais alheios.

É calculado através da divisão dos Fundos Próprios com o Ativo Total Líquido e não deverá ter um percentual inferior a 35%.

O valor máximo de 100% representa a situação em que o Ativo líquido é totalmente financiado por capitais próprios, não existindo qualquer dívida a pagar.

O grau de Autonomia Financeira do Município de Gondomar está fixado em 51,33%, o que representa alguma dependência de capitais alheios mas, há semelhança dos outros indicadores, também regista uma evolução positiva nos últimos anos.

Autonomia Financeira	2016	2015	2014	2013
Fundos Próprios / Ativo Líquido	51,18%	49,33%	49,28%	50,95%

Quadro 57: Grau de autonomia financeira

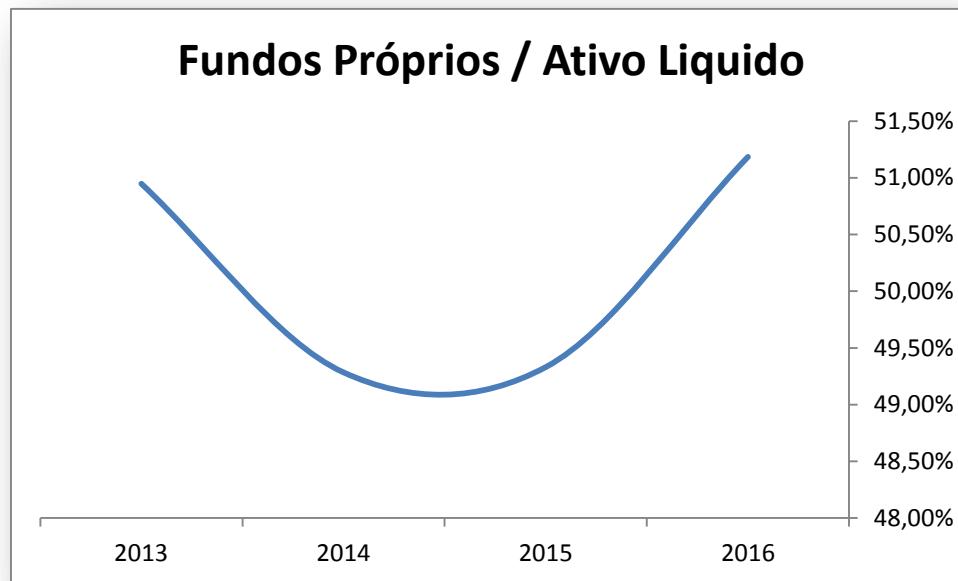


Gráfico 12: Índice de autonomia financeira



9. Proposta de Aplicação de Resultados

De acordo com o ponto 2.7.3.4 do POCAL, a conta 51 do Balanço “Património”- terá que ser reforçada até apresentar um valor contabilístico de 20% do valor do Ativo Líquido.

No exercício corrente, esta premissa está, como se pode verificar no Balanço, largamente salvaguardada.

Por outro lado, o ponto 2.7.3.5 do POCAL explicita que a conta 571 “Reservas Legais”, deve ser reforçada anualmente no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Assim, sendo o Resultado Líquido do Exercício de 2016 negativo, não há lugar a aplicação de resultados.



10. Mapa de Acordos de pagamento

O Município de Gondomar não tem pagamentos em atraso, pelo que não se aplica o artigo 19º do Decreto-Lei nº 127/2012 de 21 de Junho.



11. Registo de Compromissos Plurianuais

DECLARAÇÃO

Marco André Martins Lopes, Presidente da Câmara Municipal de Gondomar, para os efeitos previstos na alínea a) do nº 1 do artigo 15º da Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 22/2015 de 17 de Março, declara que todos os compromissos se encontram devidamente registados na base de dados centrais de encargos plurianuais.

Paços do Município de Gondomar, Março de 2017

O Presidente da Câmara

(Dr. Marco Martins)



12. Balanço e Demonstração de Resultados

Câmara Municipal de Gondomar

BALANÇO

Código das contas POCAL	ACTIVO	Exercícios			
		2016			2015
		AB	AP	AL	AL
	Imobilizado				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	5.625.695,49		5.625.695,49	5.477.840,59
452	Edifícios	944.503,36	4852	128.163,18	816.340,18
453	Outras construções e infra-estruturas	205.990.410,36	4853	143.455.834,37	62.534.575,99
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	137.506,23		137.506,23	137.506,23
459	Outros bens de domínio público	7.679.949,45	4859	1.618.472,46	6.061.476,99
445	Imobilizações em curso	2.346.754,20		2.346.754,20	1.836.083,51
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
		222.724.819,09		145.202.470,01	77.522.349,08
					81.090.721,32
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e desenvolvimento				
433	Propriedade industrial e outros direitos	869.039,91	4833	868.639,91	400,00
443	Imobilizações em curso				
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
434	Outras imobilizações incorpóreas				
		869.039,91		868.639,91	400,00
	Imobilizações Corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	43.544.431,25		43.544.431,25	42.266.356,41
422	Edifícios e outras construções	262.738.642,39	4822	40.117.555,39	222.621.087,00
423	Equipamento básico	4.409.574,74	4823	3.262.460,53	1.147.114,21
424	Equipamento de transporte	2.517.643,47	4824	2.181.404,06	336.239,41
425	Ferramentas e utensílios	495.558,26	4825	375.651,63	119.906,63
426	Equipamento administrativo	4.649.857,90	4826	3.850.979,99	798.877,91
427	Taras e vasilhame				
429	Outras imobilizações corpóreas	5.128.625,91	4829	4.048.988,60	1.079.637,31
442	Imobilizações em curso	2.058.168,39		2.058.168,39	1.556.230,17
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	1.249.992,00		1.249.992,00	1.249.992,00
		326.792.494,31		53.837.040,20	272.955.454,11
					275.183.093,91
	Investimentos Financeiros				
411	Partes de capital	842.689,01	491	371,15	842.317,86
412	Obrigações e títulos de participação	2.847.639,87			2.847.639,87
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras				
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
		3.690.328,88		371,15	3.689.957,73
					3.707.921,73
	Circulante				
	Existências				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo				
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				



Câmara Municipal de Gondomar

BALANÇO

33	Produto acabados e intermédios				
32	Mercadorias				
37	Adiantamentos por conta de compras				
	Dividas de terceiros - Médio e longo prazo (a)				
268851	Renda de Concessão Águas de Gondomar	3.356.107,98		3.356.107,98	3.602.571,93
		3.356.107,98		3.356.107,98	3.602.571,93
	Dividas de terceiros - Curto prazo				
28	Empréstimos concedidos				
211	Clientes, c/c	370.791,06		370.791,06	2.258.701,86
212	Contribuintes, c/c	1.431.914,00		1.431.914,00	371.291,93
213	Utentes, c/c				
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	670.979,20	291	575.752,53	95.226,67
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores				
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos				
264	Administração autárquica				
262 + 263 + 267 + 268	Outros devedores	246.463,95		246.463,95	320.929,88
214	Impostos liquidados p/ Estado				
215	Outras Entidades				
217	Clientes e utentes c/ caução				
		2.720.148,21		575.752,53	2.144.395,68
	Titulos negociáveis				
151	Acções				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos de dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
12	Depósitos em instituições financeiras	6.377.032,03		6.377.032,03	4.075.858,57
111	Caixa	17.246,68		17.246,68	24.819,92
		6.394.278,71		6.394.278,71	4.100.678,49
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	2.245.497,72		2.245.497,72	881.709,37
272	Custos diferidos	1.792,50		1.792,50	91.361,73
		2.247.290,22		2.247.290,22	973.071,10
	Total das amortizações			199.908.150,12	
	Total das provisões			576.123,68	
	Total do activo	568.794.507,31		200.484.273,80	368.310.233,51
					371.615.849,57



Câmara Municipal de Gondomar
BALANÇO

Código das contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2016	2015
	Fundos próprios		
51	Património	178.720.023,80	173.285.741,23
55	Ajustamento de partes de capital em empresas		
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas		
571	Reservas legais	1.344.269,21	1.344.269,21
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios		
576	Doações	3.548.401,30	3.218.869,13
577	Reservas decorrentes de transferência de activos		
59	Resultado transitados	6.314.124,22	12.754.692,56
88	Resultado líquido do exercício	-1.409.301,09	-7.282.403,86
		188.517.517,44	183.321.168,27
	Passivo		
292	Provisões para riscos e encargos	11.459.427,93	12.475.938,80
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)		
2312	Dívidas a instituições de crédito	37.048.337,84	40.505.081,60
26892	Credores de médio e longo prazo - EDP	48.032.249,96	49.189.301,47
		85.080.587,80	89.694.383,07
	Dívidas a terceiros - Curto prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo	3.586.750,00	3.557.750,00
26893	Dívida à EDP - encargo anual de curto prazo	1.157.051,51	1.636.635,72
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores, c/c	87.024,22	138.598,64
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	2.946.377,94	3.208.149,31
252	Credores pela execução do orçamento		
217	Clientes e utentes c/ cauções		
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	194.182,96	59.372,78
24	Estado e outros entes públicos	291.987,70	302.891,59
264	Administração autárquica		
262 + 263 + 267 + 268	Outros credores	5.084.022,09	5.183.566,17
2618	Fornecedores de imobilizado - Facturas em recepção e	254.025,06	241.327,56
		13.601.421,48	14.328.291,77
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de custos	3.689.686,59	3.783.549,52
274	Proveitos diferidos	65.961.592,27	68.012.518,14
		69.651.278,86	71.796.067,66
	Total de fundos próprios e passivo	368.310.233,51	371.615.849,57

ORGÃO EXECUTIVO

Em.....dede 2017

ORGÃO DELIBERATIVO

Em.....dede



Câmara Municipal de Gondomar
Demonstração de Resultados

Código das Contas POCAL	Custas e Perdas	Exercícios	
		2016	2015
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:		
612	Mercadorias	0,00	0,00
616	Matérias	0,00	0,00
62	Fornecimentos e serviços externos	22.107.243,37	20.864.175,38
	Custos com o pessoal:		
641+642	Remunerações	17.529.591,73	17.714.559,55
643 a 648	Encargos sociais	5.388.143,02	5.211.911,14
63	Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	4.508.150,08	4.306.475,52
66	Amortizações do exercício	17.871.521,27	17.082.145,71
67	Provisões do exercício	312.511,37	1.502.694,13
65	Outros custos e perdas operacionais	405.353,39	215.100,36
	(A)	68.122.514,23	66.897.061,79
68	Custos e perdas financeiras	264.854,47	349.357,62
	(C)	68.387.368,70	67.246.419,41
69	Custos e perdas extraordinárias	1.173.172,48	2.872.331,00
	(E)	69.560.541,18	70.118.750,41
	Resultado líquido do exercício	0,00	-7.282.403,86
		68.151.240,09	62.836.346,55
	Proveitos e Ganhos		
	Vendas e prestações de serviços:		
7111	Vendas de mercadorias	0,00	0,00
7112+7113	Vendas de produtos	0,00	1.156,50
712	Prestações de serviços	7.901.272,06	7.535.055,77
713	Rendas	3.876.216,93	4.257.118,27
72	Impostos e taxas	24.474.005,84	22.138.062,70
	Variação da produção	0,00	0,00
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00
73	Proveitos suplementares	0,00	0,00
74	Transferências e subsídios obtidos	26.395.606,10	26.045.980,20
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	50.869.611,94	48.184.042,90
	(B)	62.647.100,93	59.977.373,44
78	Proveitos e ganhos financeiros	10.302,72	111.726,87
	(D)	62.657.403,65	111.726,87
79	Proveitos e ganhos extraordinários	5.493.836,44	60.089.100,31
	(F)	5.493.836,44	2.747.246,24
		68.151.240,09	2.747.246,24
			62.836.346,55

Resumo:

Resultados operacionais (B) - (A)	-5.475.413,30	-6.919.688,35
Resultados financeiros (D-B) - (C-A)	-254.551,75	-237.630,75
Resultados correntes (D)-(C)	-5.729.965,05	-7.157.319,10
Resultados líquidos do exercício (F) - (E)	-1.409.301,09	-7.282.403,86

ORGÃO EXECUTIVO
Em.....dede 2017
.....

ORGÃO DELIBERATIVO
Em.....dede
.....



13. Anexos às Demonstrações Financeiras

As notas às demonstrações financeiras que a seguir se apresentam visam facultar a avaliação da situação financeira e económica do Município de Gondomar, nos termos do ponto 2.4 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), do artigo 6º do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro e das resoluções do Tribunal de Contas nº 4/2001, com as alterações introduzidas pela resolução nº 26/2013, e nº 4/2014.

Os anexos às demonstrações financeiras compreendem duas partes distintas:

8.1 - Caracterização da entidade;

8.2 - Notas ao balanço e à demonstração de resultados;

Estas notas têm como referência a numeração definida no ponto 8 do POCAL.

No cumprimento ao ponto 3.2 do POCAL os mapas financeiros e os registos contabilísticos foram efetuados de acordo com os princípios contabilísticos da continuidade, da consistência, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação.

a. 8.1 Caracterização da Entidade

Os elementos da caracterização da entidade de acordo com o POCAL, e complementados conforme as instruções do Tribunal de Contas, são os constantes do seguinte mapa:

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE		8.1
1	Identificação da entidade:	MUNICÍPIO DE GONDOMAR
1.2	ENDEREÇO POSTAL:	Praça do Município, 4420-193 GONDOMAR
	TELEFONE- TELEFAX:	22 466 05 00 / 22 466 05 66
	Número de identificação Fiscal:	506 848 957



1.3	NÚMEROS DE ELETORES	
MUNICÍPIO	Até 10 000	<input type="checkbox"/>
	Mais de 10 000 e menos de 40 001	<input type="checkbox"/>
	Igual ou superior a 40 000	<input checked="" type="checkbox"/>
2	LEGISLAÇÃO	
Data de constituição		Publicado no D.R.
3	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	
3.1 SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS		
A Câmara tem Serviços Municipalizados?		<input type="checkbox"/> Não
Se respondeu sim, especifique quais e indique os respectivos grupos:		
3.2	ÓRGÃOS	
Tem órgãos de natureza consultiva?		<input type="checkbox"/> Não
Tem órgãos de fiscalização? (Revisor Oficial de Contas)		<input type="checkbox"/> Sim
3.3	ORGANOGRAMA	
O organograma encontra-se anexo ao relatório,		
4	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES	
<p>Constituem atribuições do Município aqueles que estão definidos na Lei que regula a sua actividade, nomeadamente:</p> <p>a) Equipamento rural e urbano;</p> <p>b) Energia;</p> <p>c) Transportes e comunicações;</p> <p>d) Educação;</p> <p>e) Património, cultura e ciência;</p> <p>f) Tempos livres e desporto;</p> <p>g) Saúde;</p> <p>h) Ação social;</p> <p>i) Habitação;</p> <p>j) Proteção civil;</p> <p>k) Ambiente e saneamento básico;</p> <p>l) Defesa do consumidor;</p> <p>m) Promoção do desenvolvimento;</p> <p>n) Ordenamento do território e urbanismo;</p> <p>o) Polícia municipal;</p> <p>p) Cooperação externa.</p>		



5	RECURSOS HUMANOS	8.1.5																				
5.1 IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ORGÃO EXECUTIVO																						
Presidente:	Marco André dos Santos Martins Lopes																					
Vice - Presidente	Luís Filipe Castro de Araújo																					
Vereadores:	Maria Aurora Moura Vieira																					
	Carlos Alberto Silva Brás																					
	José Fernando da Silva Moreira																					
	Sandra Eunice Ramos de Almeida																					
	Hélder Vasco dos Santos Figueiredo																					
	Maria João de Jesus Araújo Ramos das Neves Marinho																					
	Rui Ferreira de Espinheira Quelhas																					
	Rosalina Sofia Neves Martins																					
	Joaquim dos Santos Barbosa																					
Vice - Presidente		1																				
Em regime de permanência		4																				
A meio tempo		0																				
Restantes vereadores		5																				
6	ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA	8.1.6																				
1- Descrição das características do Sistema informático		SCA - Sistema de Contabilidade Autárquica POICAL disponibilizado pela Associação de Informática da Região Centro (AIRC)																				
2- Demonstrações Financeiras intercalares documentadas		<input type="checkbox"/> Não																				
3- Descentralização contabilística		<input type="checkbox"/> Não																				
7	OUTRA INFORMAÇÃO RELEVANTE	8.1.7																				
7.1	Fundos Municipais atribuídos																					
		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Corrente</th> <th>Capital</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Fundo de Equilíbrio Financeiro</td> <td>9.174.824,00 €</td> <td>1.019.425,00 €</td> <td>10.194.249,00 €</td> </tr> <tr> <td>Fundo Social Municipal</td> <td>2.278.209,00 €</td> <td></td> <td>2.278.209,00 €</td> </tr> <tr> <td>Participação no IRS</td> <td>5.637.824,00 €</td> <td></td> <td>5.637.824,00 €</td> </tr> <tr> <td>TOTAL</td> <td>17.090.857,00 €</td> <td>1.019.425,00 €</td> <td>18.110.282,00 €</td> </tr> </tbody> </table>		Corrente	Capital	Total	Fundo de Equilíbrio Financeiro	9.174.824,00 €	1.019.425,00 €	10.194.249,00 €	Fundo Social Municipal	2.278.209,00 €		2.278.209,00 €	Participação no IRS	5.637.824,00 €		5.637.824,00 €	TOTAL	17.090.857,00 €	1.019.425,00 €	18.110.282,00 €
	Corrente	Capital	Total																			
Fundo de Equilíbrio Financeiro	9.174.824,00 €	1.019.425,00 €	10.194.249,00 €																			
Fundo Social Municipal	2.278.209,00 €		2.278.209,00 €																			
Participação no IRS	5.637.824,00 €		5.637.824,00 €																			
TOTAL	17.090.857,00 €	1.019.425,00 €	18.110.282,00 €																			
7.2	Despesas de investimento no ano anterior ao da gerência em apreciação																					
7.3	Ações de Fiscalização																					
	Identificação da última inspeção, averiguação ou inquérito, realizado ao município: Data de acção –Novembro de 2016 a Março de 2017 - Período abrangido 01/01/2014 a 31/12/2016 – Entidade: IGF – Inspeção Geral de Finanças Auditoria, "Contratação Pública"																					



b. 8.2 Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

8.2.1 – Indicação e justificação das disposições do POCAL que, em casos excepcionais, devidamente fundamentados, e sem prejuízo do legalmente estabelecido, tenham sido derrogados e dos respetivos balanços e demonstração de resultados, tendo em vista a necessidade de estes darem um imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da autarquia local:

Um dos objetivos do POCAL é a prática de uma contabilidade autárquica que incorpore a integração consistente da contabilidade orçamental, patrimonial e de custos, de modo a que as autarquias disponham de um instrumento de apoio à gestão ajustado ao caráter específico da sua atividade.

O Município de Gondomar implementou este sistema de contabilidade (POCAL), no ano de 2003.

A contabilidade de custos, reconhecida como ferramenta fundamental de gestão financeira, ao permitir o apuramento dos custos das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas de bens e serviços, facilitadora de um melhor controlo e gestão dos mesmos, tem sido objeto de uma melhoria contínua tendo em vista a sua plena implementação.

São apresentados no Relatório de Gestão elementos sobre a contabilidade de custos do Município de Gondomar e é feito uma análise à distribuição das despesas pelas diversas funções.

Não foram derrogadas quaisquer disposições do POCAL suscetíveis de terem impacto na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e resultados do Município.

8.2.2 Indicação e comentários das contas do balanço e da demonstração de Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os de exercício anterior:

A comparabilidade das contas do balanço e da demonstração de resultados aplica-se à generalidade das rubricas que constituem as demonstrações financeiras, com exceção das seguintes situações:

- Desagregação no Balanço de 2015 e 2016 da conta 2688 relativa à renda de concessão das Águas de Gondomar, onde se evidencia o valor a cobrar a médio e longo prazo e o valor exigível no curto prazo;
- Reconhecimento na rubrica 212 – Contribuintes c/c do valor de 841.835,52 euros, por contrapartida da conta 59- Resultados Transitados, da dívida da empresa Águas de Gondomar, S.A. relativa à facturação de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) não cobrados aos municípios no âmbito do contrato de concessão com a empresa Águas de Gondomar, SA, bem como do valor que transitou para esta empresa dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento de



Gondomar (SMAS), compreendendo o período de 1993 a 2015;

- Reconhecimento na rubrica 51 – Património, o montante de 5.434.282,57 euros, por contrapartida das contas:
 - 451- Terrenos e recursos naturais (domínio público) no valor de 100.274,07 euros;
 - 453- Outras construções e infra-estruturas no valor de 5.334.008,50 euros;

Este reconhecimento resulta da inclusão de bens imóveis, já pertencentes à Autarquia à data da realização do inventário inicial em 2003, mas que ainda não se encontravam inventariados, tendo sido registados nesta rubrica conforme instruções do SATAPOCAL, nomeadamente caminhos públicos, cuja identificação e valorização é de complexidade elevada.

8.2.3 - Critérios valorimétricos utilizados:

Bens do Domínio Público

Os bens de imobilizado corpóreo de domínio público encontram-se registados no património do Município pelo valor de aquisição, quando conhecido ou pelo valor de avaliação, segundo os critérios técnicos adequados.

Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas estão registadas pelo valor de aquisição.

Imobilizações corpóreas

Nos bens móveis, o critério utilizado foi idêntico aos bens do domínio público, sendo que para os valores do Imobilizado em Curso, o critério valorimétrico é o do valor de aquisição ou de construção.

Para outras situações a valorização dos bens do município é efetuado de acordo com o previsto no Regulamento de Inventário e Cadastro do Património Municipal aprovado em reunião camarária de 31 de Julho de 2003.

No caso de arruamentos em que não seja possível identificar os custos de produção ou aquisição de acordo com os critérios de valorimetria previstos no ponto 4 do POCAL, a Câmara Municipal de Gondomar deliberou em reunião de 02 de Abril de 2014, fixar os critérios de avaliação para os bens do domínio público municipal.

Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros (partes em capital) estão registados pelo valor de aquisição e foi feito um reajustamento de valor provocado pela correção da moeda (de escudos para euros).



Dívidas de e a terceiros

As dívidas existentes de terceiros e para com terceiros, são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, Quando existe uma dívida de clientes, contribuintes ou utentes cuja cobrança se apresente duvidosa o saldo dessa dívida deve ser transferido para a rubrica clientes de cobrança duvidosa.

Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

Amortizações

As amortizações da generalidade dos bens do ativo immobilizado são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com a aplicação das taxas fixadas no classificador CIBE aprovado pela Portaria nº 671/2000, de 17 de abril, pelo que os bens terminados ou adquiridos no exercício de 2016 sofreram a primeira amortização no presente ano económico através do regime dos duodécimos.

Aos bens de immobilizado incorpóreo em que o período de vida útil está previamente estipulado, a taxa de amortização foi calculada de acordo com o período de vida útil predefinido.

Provisões

São constituídas provisões para fazer face a riscos e encargos de natureza provável mas que não correspondam a uma estimativa de um passivo certo, sendo estes últimos registados nas respetivas rubricas de balanço.

Elencam-se como as principais situações que geram a necessidade de registo de provisões as que se relacionam com aplicações de tesouraria, cobranças duvidosas, depreciação de existências, obrigações e encargos derivados de processos judiciais em curso, acidentes de trabalho e doenças profissionais.

1- As provisões para cobrança duvidosas são constituídas para as dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado.

Em conformidade com o ponto 2.7.1 do POCAL, as provisões são calculadas de acordo com as seguintes percentagens:

- a) 50% para dívidas em mora há mais de 6 até 12 meses;
- b) 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses;



Não são consideradas de cobrança duvidosa as seguintes dívidas:

- a) Do Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais,
- b) As cobertas por garantia, seguro ou caução, com exceção da importância correspondente à percentagem de desconto ou descoberto obrigatório.

2- As provisões para riscos e encargos são constituídas para registar as responsabilidades derivadas dos riscos de natureza específica e provável, As provisões são subsequentemente reduzidas na medida em que se reduzam ou cessem os riscos previstos.

Estas provisões incluem o montante de responsabilidades estimadas como prováveis nos processos judiciais em curso, considerando o montante da indemnização ou encargo que a autarquia prevê suportar relativamente aos processos judiciais cuja resolução pelos Tribunais não tenha ainda ocorrido.

Acréscimos e Diferimentos

A autarquia regista os seus proveitos e custos de acordo com o princípio da especialização do exercício, pelo qual os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

Na rubrica de acréscimo de proveitos são registados os montantes provenientes de impostos e transferências relativos ao exercício em relato cujo recebimento apenas ocorrerá em períodos futuros e outros proveitos que a cada data de balanço tenham igualmente sido já obtidos mas que não tenham ainda documentação vinculativa, cuja receita só venha a obter-se em exercício(s) posterior(es).

Na rubrica de acréscimos de custos são registados os custos a reconhecer no exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer em exercício(s) posterior(es).

Destacam-se neste âmbito os custos relativos a remunerações a liquidar e encargos das instalações, como água, eletricidade e comunicações.

A rubrica de proveitos diferidos a serem reconhecidos nos exercícios seguintes é essencialmente composta por subsídios/transferências para investimento a que o Município de Gondomar recebeu, nos termos da lei ou de contratos-programa, os quais, estando associados aos ativos, são reconhecidos numa base sistemática na rubrica de proveitos e ganhos extraordinários à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam.



8.2.4 – Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa das operações registadas em contas incluídas no balanço e na demonstração de resultados originariamente expressas em moeda estrangeira.

Não aplicável.

8.2.5 – Situações em que o resultado do exercício foi afetado:

Não aplicável.

8.2.6 – Comentários às contas 431 “Despesas de Instalação” e 432 “Despesas de Investigação e de Desenvolvimento:

Não aplicável.

8.2.7 - Os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas do ativo imobilizado constantes do Balanço e nas respetivas amortizações e provisões, de acordo com os quadros seguintes:

Os respetivos mapas apresentam-se mais adiante como anexos – Ativo Bruto e Amortizações e Provisões.

8.2.8 – As rubricas dos mapas atrás referidos encontram-se desagregados nos “Mapas das amortizações” e “Mapa anexo às demonstrações financeiras” de modo que sejam evidenciados as seguintes informações:

Descrição do ativo imobilizado;

Indicação dos valores dos bens adquiridos em estado de uso;

Datas de aquisição e reavaliação; valores de aquisição ou outro valor contabilístico na sua falta;

Taxas de amortização;

Amortização do exercício e acumuladas;

Alienações, transferências e abates de elementos do ativo imobilizado, no exercício, devidamente justificados;

Valores líquidos dos elementos do ativo imobilizado.



8.2.9 – Indicação dos custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.

Não aplicável.

8.2.10 – Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do imobilizado.

Não aplicável.

8.2.11 – Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações.

Não aplicável.

8.2.12 – Imobilizações em poder de terceiros cedidos por contrato de concessão, em conformidade com o estabelecido no presente diploma.

A Autarquia celebrou, em 2001, um contrato de concessão da exploração e gestão dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e saneamento, No âmbito deste contrato foi cedido o seguinte imobilizado à empresa Águas de Gondomar, SA:



Designação	Localização	Tipo
Central Elevatória	Baguim do Monte - Lar dos Pequeninos	Enterrada
Reservatório	Covelo - Serra	Apoiado
Reservatório	Fânzeres -Portelinha	Apoiado
Reservatório	Foz do Sousa - Compostela	Apoiado
Reservatório	Foz do Sousa - Zebreiros	Apoiado
Reservatório	Foz do Sousa - Jancido	Apoiado
Reservatório	Jovim - Oliveiras	Apoiado
Central Elevatória	Jovim - Tronco	
Captação	Lomba	
Reservatório	Lomba	Apoiado
Reservatório	Medas	Apoiado
Captação	Melres	
Central Elevatória	Melres - Sobreira	
Central Elevatória	Melres- Moreira	
Central Elevatória	Melres – Vilarinho	
Central Elevatória	Melres - EN 108	
Reservatório	Melres - Brâncelo	Apoiado
Reservatório	Rio Tinto – Oliveiras	Elevado
Reservatório	Rio Tinto – Medancelhe	Apoiado
Reservatório	Rio Tinto – Coop. Mão à Obra Soutelo	Apoiado
Reservatório	Rio Tinto - PER de Carreiros	Enterrado
Reservatório	S. Cosme – Coop. dos Func. Judiciais	Enterrado
Central Elevatória	S. Cosme - Valchão	Enterrado
Central Elevatória	S. Cosme - Gandra	



Designação	Localização	Tipo
Reservatório II	S. Cosme - Ramalde	Apoiado
Reservatório	S. Cosme - Calvário	Elevado
Reservatório	S. Cosme - Calvário	Apoiado
Reservatório	S. Pedro da Cova - Bela Vista	Elevado
Reservatório	S. Pedro da Cova - Bocas	Apoiado
Reservatório	S. Pedro da Cova - Outeiro	Apoiado
Reservatório	S. Pedro da Cova - Bairro Mineiro	Enterrado
Central Elevatória	S. Pedro da Cova - Belói	
Central Elevatória	S. Pedro da Cova - Ervedosa	
Central Elevatória	S. Pedro da Cova - Estrada nova	
Reservatório	Valbom - PER do Monte	Enterrado
Contadores de Água	15mm	45 794 un.
Contadores de Água	20mm	25 094 un.
Contadores de Água	25mm	147 un.
Contadores de Água	30mm	223 un.
Contadores de Água	40mm	512 un.
Contadores de Água	50mm	223 un.
Contadores de Água	60mm	2 un.
Contadores de Água	65mm	9 un.
Contadores de Água	70mm	22 un.
Contadores de Água	80mm	14 un.
Contadores de Água	100mm	3 un.
Contadores de Água	150mm	2 un.
Contadores de Água	200mm	3 un.

Quadro 58: Imobilizado em poder de terceiros

Imobilizações implantadas em propriedade alheia – não existem.

Imobilizações reversíveis:

Terrenos cedidos em direito de superfície para construção de parque de estacionamento no Largo Luís de Camões, na União das Freguesias de Gondomar, Valbom e Jovim e construção do Hospital Escola Fernando Pessoa.

Conta 448 – Adiantamentos por conta do imobilizado: O Município tem um contrato de renda resolúvel por 6 anos para aquisição das lojas sitas no Parque de estacionamento do largo de Camões, pelo valor global de 1 249 992 euros refletidos no Balanço.



8.2.13 – Indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos:

Não aplicável.

8.2.14 – Relação dos bens que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade:

Não aplicável.

8.2.15 – Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões.

Não aplicável.

8.2.16 – Designação e sede das entidades participadas com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do último exercício em cada uma dessas entidades, com menção do exercício.

A. Participações em entidades societárias

Entidade Participada		Tipo de entidade	CAE (rev II)	CAPITAL	Participação no final do exercício			Forma da realização do capital		Obs.
Denominação	N.I.P.C.				Valor nominal subscrito	%	Valor nominal realizado	Meios monetários	Em Espécie	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
Metro do Porto, S.A.	503 278 602	Sociedade Anónima	60211	7.500.000,00 €	5,00 €	0,01%	5,00 €	5,00 €		
PRIMUS - Promoção e desenvolvimento regional, SA	504 558 161	Sociedade Anónima	70220	813.859,02 €	488,32 €	0,06	488,32	488,32		
Águas do Norte, SA	513 606 084	Sociedade Anónima	36001	142.780.713,50 €	842.185,00 €	0,55	842.185,00 €	842.185,00 €		

Nota: À data da elaboração da prestação de contas do Município de Gondomar, apenas temos os dados referentes a 2016 da empresa Águas do Norte, SA



B. Participações em entidades não societárias

Entidade Participada	Denominação	N.I.P.C.	Tipo de entidade	CAE (rev II)	Capital estatutário	Contribuição			Obs.
						Em N	Meios monetários	Em espécie	
						(6)	(7)	(8)	
Lipor - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	501394192		Associação de Municípios	38212	36.127.543,91 €	1.017.515,73 €	1.017.515,73 €		
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413		Associação de Municípios	91333	1.485.274,00 €	5.888,61 €	5.888,61 €		
Área Metropolitana do Porto	502823305		Associação de Municípios	75123	4.705.959,05 €	91.577,00 €	91.577,00 €		
Adeporto - Agência de Energia do Porto	507886550		Associação sem fins lucrativos	94995	213.625,00 €	10.302,00 €	10.302,00 €		
Adritem - Associação de desenvolvimento Rural integrada das Terras de Santa Maria	508225736		Associação sem fins lucrativos	94995		25.000,00 €	25.000,00 €		
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.	508905435		Outra - E.R.	84123	1.468.480,06 €	3.075,00 €	3.075,00 €		

Quadro 59: Participações Financeiras

Nota: À data da elaboração da prestação de contas do Município de Gondomar, não obtivemos os dados definitivos das empresas participadas relativas ao ano de 2016

No decorrer do exercício de 2016 destaca-se o seguinte movimento:

- Desreconhecimento da participação financeira existente na PORTGÁS (EDP Gás Distribuição, SA), na qual o Município de Gondomar detinha uma participação com 3600 ações, tendo a empresa recorrido ao mecanismo previsto no nº 3 do artigo 490º do Código das Sociedades Comerciais (mecanismo de aquisição potestativa). Estas ações foram alienadas pelo valor de 397.440 euros, reconhecidos nos proveitos de alienação de investimentos financeiros

Na sua globalidade os valores das participações apresentam-se adequados.

8.2.17 – Relativamente aos elementos incluídos nas contas “Títulos negociáveis” e “Outras aplicações de tesouraria”, indicação, quando aplicável da natureza, entidades, quantidades e valores de balanço.

Não aplicável.

8.2.18 – Discriminação da conta “Outras aplicações financeiras”, com indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades, valores nominais e valores do balanço.

Não aplicável.



8.2.19 - Indicação global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.

Não aplicável.

8.2.20 - Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo custo ou do mercado.

Não aplicável.

8.2.21 - Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

Não aplicável.

8.2.22 - Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.



Class. Económica	Designação	Total
02020602	Impostos indiretos - Loteamentos e obras	5.492,10 €
02020603	Impostos indiretos - Ocupação da via pública	13.500,15 €
02020605	Impostos indiretos - Publicidade	100.726,66 €
0202069999	Impostos indiretos - Outros	73,40 €
04012302	Taxas - Loteamentos e obras	206.217,99 €
0401239999	Taxas - Outras	584,55 €
07020902	Resíduos Sólidos	325.102,75 €
07020906	Serviços - Mercados e feiras	5.436,96 €
07020999	Serviços - Outros	7.984,87 €
070399	Rendas - Outras	5.859,77 €
TOTAL conta 218		670.979,20 €

Quadro 60: Composição das dívidas de cobrança duvidosa

A conta 218 – Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa reflete a receita liquidada e não cobrada, em mora há mais de seis meses, incluindo a que já foi transferida para execução fiscal.

8.2.23 - Valor global das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia local.

Não aplicável.

8.2.24 - Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com indicação dos direitos que conferem.

Não aplicável.

8.2.25 - Discriminação das dívidas incluídas na conta «Estado e outros entes públicos» em situação de mora.

Não aplicável.



8.2.26 - Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança de acordo com o seguinte mapa:

Garantias prestadas a Terceiros:

Caixa Geral de Depósitos	244 762,96
Banco Santander Totta	21 545,89

8.2.27 - Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício, de acordo com o quadro seguinte:

Valores em euros

Contas		Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
19	Provisões para Aplicações de Tesouraria	- €	- €	- €	- €
291	Provisões para Cobranças Duvidosas	302.882,88 €	312.511,37 €	39.641,72 €	575.752,53 €
292	Provisões para Riscos e Encargos	12.475.938,80 €		1.016.510,87 €	11.459.427,93 €
39	Provisões para Depreciação de Existências	- €	- €	- €	- €
49	Provisões para Investimentos Financeiros	371,15 €	- €	- €	371,15 €

Quadro 61: Composição das provisões

8.2.28 - Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 «Fundo patrimonial», constantes do balanço.



	Fundos próprios	Saldo Inicial	Aumentos	Redução	Saldo Final
51	Património	173.285.741,23 €	5.434.282,57 €		178.720.023,80 €
55	Ajustamento de partes de capital em empresas				
56	Reservas de reavaliação				
	Reservas				
571	Reservas legais	1.344.269,21 €			1.344.269,21 €
572	Reservas estatutárias				
573	Reservas contratuais				
574	Reservas livres				
575	Subsídios				
576	Doações	3.218.869,13 €	329.532,17 €		3.548.401,30 €
577	Reservas decorrentes de transferência de ativos				
59	Resultados transitados	12.754.692,56 €	841.835,52 €	7.282.403,86 €	6.314.124,22 €

Quadro 62: Composição da classe 5

Património

O crescimento desta rubrica, no montante de 5.434.282,57 euros, resulta da inclusão de bens imóveis, já pertencentes à Autarquia à data da realização do inventário inicial em 2003, mas que ainda não se encontravam inventariados, tendo sido registados nesta rubrica conforme instruções do SATAPOCAL, nomeadamente caminhos públicos, cuja identificação e valorização é de complexidade elevada.

Doações

O incremento de 329.532,17 euros resulta do registo das doações a favor do Património Municipal de bens móveis e bens imóveis, sendo estes últimos relativos a cedências de terrenos efetuadas por Alvarás de Loteamento.

Resultados transitados

Os movimentos ocorridos em 2016 na rubrica de resultados transitados são os seguintes:



- Aumento no valor de 841.835,52 euros, pelo reconhecimento da dívida de Resíduos Sólidos Urbanos facturados e não cobrados ao longo da Contrato de Concessão de Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento com a empresa Águas de Gondomar, SA, celebrado a 30 de Outubro de 2001;
- Redução no valor de 7.282.403,86 euros, pela aplicação do Resultado Líquido de 2016 e pela regularização de subsídios ao investimento efetuadas no âmbito do Programa POLIS.

8.2.29 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:

Não aplicável.

8.2.30 - Demonstração da variação da produção, como segue:

Não aplicável.

8.2.31 - Demonstração dos resultados financeiros:



Município de Gondomar

Declaração de resultados financeiros

Ano: 2016

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2016	2015			2016	2015
681	Juros superintados	249.303,88	306.998,22	781	Juros obtidos	7.122,91	55.395,29
682	Perdas em entidades participadas	0,00	28.804,93	782	Ganhos em entidades participadas	3.179,81	55.844,77
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de imóveis	0,00	0,00
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de participações de capital	0,00	0,00
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiros	15.550,59	13.554,47	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
	Resultados Financeiros	-254.551,75	-237.630,75	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	486,81	
		10.302,72	111.726,87			10.302,72	111.726,87



8.2.32 - Demonstração dos resultados extraordinários

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2016	2015			2016	2015
391	Transferências de capital concedidas	1.041.532,85	1.160.790,58	791	Restituição de impostos	0,00	0,00
392	Dívidas incobráveis	8.756,36	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
393	Perdas em existências	0,00	0,00	793	Ganhos em existências	0,00	0,00
394	Perdas em imobilizações	118.011,67	1.711.072,78	794	Ganhos em imobilizações	588.398,43	373.423,11
395	Muldas e Penalidades	0,00	0,00	795	Benefícios de penalidades contratuais	1.358.391,07	320.493,86
396	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00	0,00	796	Reduções de amortizações e de provisões	1.056.152,59	3.188,05
397	Correções relativas a exercícios anteriores	4.821,60	467,66	797	Correções relativas a exercícios anteriores	46.071,72	48.252,99
398	Outros custos e perdas extraordinárias	0,00	0,00	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	2.444.422,63	2.001.928,23
	Resultados extraordinários	4.320.633,96	125.084,76				
		5.493.183,44	2.747.246,24			5.493.183,44	2.747.246,24



8.2.7 – Mapa do ativo bruto e das Amortizações e provisões

MUNICÍPIO DE GONDOMAR							ATIVO BRUTO (IMOBILIZADO BRUTO)	Ano: 2016
	Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliações/Ajustam.	Aumentos	Alienações	Stintros+Abates-Transf.	Saldo Final	
451	Terrenos e recursos naturais	5.477.840,59 €	100.274,07 €	- €	- €	47.580,83 €	5.625.635,49 €	
452	Edifícios	944.503,36 €	- €	- €	- €	- €	944.503,36 €	
453	Outras construções e infraestruturas	197.313.866,36 €	5.334.008,50 €	- €	- €	3.342.533,50 €	205.980.410,36 €	
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	137.506,23 €	- €	- €	- €	- €	137.506,23 €	
459	Outros bens de domínio público	7.679.949,45 €	- €	- €	- €	- €	7.679.949,45 €	
445	Imobilizações em curso	1.836.083,51 €	- €	3.657.859,93 €	- €	3.147.189,24 €	2.346.754,20 €	
		213.388,751,50 €	5.434.282,57 €	3.657.859,93 €	- €	242.925,99 €	222.724.819,09 €	
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
431	Despesas de instalação	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
433	Propriedade industrial e outros direitos	869.039,91 €	- €	400,00 €	- €	400,00 €	869.039,91 €	
443	Imobilizações em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
		869.039,91 €	- €	400,00 €	- €	400,00 €	869.039,91 €	
421	Terrenos e recursos naturais	42.266.356,41 €	189.724,59 €	986.624,22 €	6.087,14 €	107.813,17 €	43.544.431,25 €	
422	Edifícios e outras construções	262.235.965,90 €	48.407,33 €	4.446,62 €	61.929,27 €	511.751,81 €	262.738.642,39 €	
423	Equipamento básico	4.314.147,25 €	-	88.163,27 €	190.222,45 €	- €	6.631,69 €	
424	Equipamento de transporte	2.739.341,07 €	- €	11.458,75 €	230.720,95 €	- €	4.409.574,74 €	
425	Ferramentas e utensílios	452.061,87 €	- €	40.380,99 €	- €	2.435,40 €	2.517.643,47 €	
426	Equipamento administrativo	4.361.070,40 €	-	289.531,98 €	583.689,40 €	- €	3.115,40 €	
427	Társas e vasilhame	- €	- €	- €	- €	- €	495.558,26 €	
429	Outras imobilizações corpóreas	5.058.583,75 €	- €	70.697,96 €	- €	655,80 €	5.128.625,91 €	
442	Imobilizações em curso	1.556.230,17 €	- €	1.048.651,46 €	- €	546.713,24 €	2.058.168,39 €	
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	1.249.992,00 €	- €	- €	- €	- €	1.249.992,00 €	
		324.233.748,82 €	-	139.563,33 €	2.936.171,85 €	298.737,36 €	60.874,33 €	
411	Partes de capital	860.653,01 €	- €	- €	17.964,00 €	- €	842.639,01 €	
412	Obrigações e títulos de participação	2.847.639,87 €	- €	- €	- €	- €	2.847.639,87 €	
4141	Invest. em imóveis - Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
4142	Invest. em imóveis - Edifícios e outras construções	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
4151	Outras apl. financeiras - Depósitos em instituições financeiras	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
4152	Outras apl. financeiras - Títulos de dívida pública	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
4153	Outras apl. financeiras - Outros títulos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
441	Imobilizações em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
		3.708.292,88 €	- €	- €	17.964,00 €	- €	3.690.328,88 €	



MUNICÍPIO DE GONDOMAR

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

Ano: **2016**

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De Bens de domínio público	485			
Terrenos e recursos naturais	4851	- €	- €	- €
Edifícios	4852	116.059,49 €	12.103,69 €	- € 128.163,18 €
Outras construções e infraestruturas	4853	130.953.711,57 €	12.502.122,80 €	- € 143.455.834,37 €
Bens do património histórico, artístico e cultural	4855	- €	- €	- €
Outros bens de domínio público	4859	1.229.259,12 €	389.213,34 €	- € 1.618.472,46 €
	132.299.030,18 €	12.903.439,83 €	- €	145.202.470,01 €
De Imobilizações incorpóreas	483			
Despesas de instalação	4831	- €	- €	- €
Despesas de investigação e desenvolvimento	4832	- €	- €	- €
Propriedade industrial e outros direitos	4833	868.639,91 €	- €	- € 868.639,91 €
	868.639,91 €	- €	- €	868.639,91 €
De Imobilizações Corpóreas	482			
Terrenos e recursos naturais	4821	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	4822			
Edifícios	48221	36.162.800,13 €	3.954.629,89 €	13.557,95 € 40.103.872,07 €
Outras construções	48222	11.411,27 €	2.272,05 €	- € 13.683,32 €
Equipamento básico	4823	2.963.389,09 €	316.877,58 €	17.806,14 € 3.262.460,53 €
Equipamento de transporte	4824	2.246.602,70 €	77.553,84 €	142.752,48 € 2.181.404,06 €
Ferramentas e utensílios	4825	342.079,12 €	33.572,51 €	- € 375.651,63 €
Equipamento administrativo	4826	3.531.538,82 €	326.383,25 €	6.942,08 € 3.850.979,99 €
Taras e vasilhame	4827	- €	- €	- €
Outras imobilizações corpóreas	4829	3.792.833,78 €	256.792,32 €	637,50 € 4.048.988,60 €
	49.050.654,91 €	4.968.081,44 €	- € 181.696,15 €	53.837.040,20 €
De Investimentos em imóveis	481			
Terrenos e recursos naturais	4811	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções:	4812			
Edifícios	48121	- €	- €	- €
Outras construções	48122	- €	- €	- €
	- €	- €	- €	- €
De Investimentos Financeiros	49			
Partes de capital	491	371,15 €	- €	- € 371,15 €
Obrigações e títulos de participação	492	- €	- €	- €
Outras aplicações financeiras:	495			
Depósitos em instituições financeiras	4951	- €	- €	- €
Títulos de dívida pública	4952	- €	- €	- €
Outros títulos	4953	- €	- €	- €
	371,15 €	- €	- €	371,15 €



8.2.14 - Relação dos Bens por inventariar

Não são conhecidos bens por inventariar.

8.3.61 – Mapa dos empréstimos

Assenteira, Data contrato	Número, Data contrato	Visto Tribunal Contas	Número, Data	FINALIDADES		Capital	Taxa de juro	Divida a 1 de Janeiro 2016	Divida a 31 de Dezembro de 2016	
				Contratado	Utilizado					
0 - Endividamento										
NP 27-12-06										
18 08-09-95	18-12-96	890/23	04-12-96 (i)	Aquisição de 88 fogos no lugar de Fontela destinados a arrendamento - PER	(b)	CGD	1.425.987,37	0,1642%	384.804,22	
19 25-07-93	20-03-97	6298.37.366	10-02-97 (Construção de 404 fogos no Barro Ministro destinados a arrendamento - PER - (i))	(b)	CGD	7.651.559,74	7.140.002,56	0,2915%	2.777.084,47	
20 25-07-97	01-08-97	29-01-98	30-09-13 (i)	Construção de fogos em várias freguesias destinados a arrendamento - PER	(b)	BCP	12.110.663,49	12.110.663,49	0,1707%	4.440.209,78
21 25-07-97	01-08-97	35560.754	07-07-97 (Construção de fogos em várias freguesias destinados a arrendamento - PER)	(b)	BPI	12.110.663,49	12.110.663,49	0,1707%	4.440.201,53	
22 11-02-00	08-08-00	1486	12-07-00 (i)	Aquisição de 25 fogos no lugar da Trina destinados a arrendamento - PER	(b)	CGD	491.804,75	491.804,74	0,0013%	123.311,05
24 13-07-01	03-09-01		a)	Emprestimo destinado a obras de reparação dos danos causados pelas Intempéries (i)	(a)	CGD	1.246.994,44	963.128,43	0,2572%	361.986,00
25 16-06-05	23-06-05	1886	31-08-05 (i)	Financiamento à construção do Pavilhão Multidúas de Gondomar - (FEDER) -	(d)	BST	9.000.000,00	9.000.000,00	0,3702%	4.618.421,15
38 18-02-09	09-03-09	522	26-05-09	Financiamento à construção de Edifícios escolares	(d)	CGD	1.574.797,00	1.574.797,00	1,8300%	1.315.380,46
103 16-06-10	29-10-10	1566	31-12-10	Financiamento à construção de Centros Escolares	(d)	BCP	2.580.407,00	2.580.407,00	1,7810%	2.271.644,18
Sub - Total (empréstimos e empréstimos aprovados)										
27 28-02-07	03-03-08	1409	04-02-08 (complementar)	Financiamento destinado a aquisição 349 fogos de habitação Social -	—	BST	4.000.000,00	4.000.000,00	0,0800%	3.169.535,48
28 28-02-07	03-03-08	1415	04-02-08 (Pedro da Cova)	Financiamento destinado a aquisição 156 fogos de habitação Social - M6, S.	—	CGD	4.007.516,00	4.007.516,00	0,0512%	2.852.932,38
29 28-02-07	03-03-08	1413	04-02-08 (Baquim do Monte)	Financiamento destinado a aquisição 100 fogos de habitação Social - Zorra, S.	—	CGD	2.601.644,00	2.601.644,00	0,0512%	1.852.098,49
30 18-02-09	09-03-09	1414	04-02-08 (Come)	Financiamento destinado a aquisição 92 fogos de habitação Social -	—	CGD	2.214.789,20	2.214.789,20	0,0512%	1.576.698,33
31 18-02-09	09-03-09	521	26-05-09	Construção do Centro de Acolhimento de Crianças e Jovens de Gondomar	—	CGD	860.000,00	860.000,00	1,8300%	717.903,97
32 18-02-09	09-03-09	522	26-05-09	Financiamento à construção de Edifícios escolares	—	CGD	3.135.203,00	3.135.203,00	1,6300%	2.616.379,54
33 09-07-09	10-08-09	1657	08-10-09	Financiamento complementar para aquisição de 109 fogos em São Julião	—	BANIF	1.520.136,00	1.520.136,00	2,0002%	1.237.823,48
34 09-07-09	10-08-09	1654	08-10-09	Financiamento complementar para aquisição de 88 fogos na Trina	—	BANIF	1.183.436,80	1.183.436,80	2,0002%	963.654,44
35 09-07-09	24-09-09	1655	08-10-09	Financiamento para aquisição de 109 fogos em São Julião	—	IHRU	3.201.978,80	3.201.977,20	0,6334%	2.463.093,85
36 09-07-09	24-09-09	1656	08-10-09	IHRU - Empréstimo 58 fogos - Trina	—	IHRU	2.492.779,60	2.492.779,60	0,6334%	1.917.510,35
59 06-08-09	16-11-09	188	01-06-10 (Siesta)	Financiamento destinado à reabilitação de fogos de Habitação Social -	—	IHRU	460.253,00	460.253,00	0,6206%	381.060,18
102 16-06-10	29-10-10	1566	31-12-10	Financiamento à construção de Centros Escolares	—	BCP	3.149.593,00	3.149.593,00	1,7810%	2.735.331,68
53 27-12-12	02-07-13	1118	28-08-13	Financiamento para aquisição de 133 fogos em Vila Verde	—	IHRU	909.699,70	909.699,70	1,0485%	845.848,59
Sub - Total (empréstimos não excepcionados)										
TOTAL										
44.062.831,60										
40.635.087,84										



14. Certificação Legal de Contas



Anjos & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

António Arjas
Fernando Brindão
Jorge Campino
Eduardo Sá e Silva
Jónatas Margarida
Paulo Arjas

18

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do "Município de Gondomar", que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 368.310.233,51 euros e um total de fundos próprios de 188.517.517,44 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.409.301,09 euros), a demonstração de resultados e os mapas de execução orçamental, que evidenciam um total de 63.811.529,36 euros de despesa paga e um total de 66.682.981,25 euros de receita cobrada, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos dos parágrafos 1 e 2 e dos efeitos descritos no parágrafo 3 das matérias referidas na secção Bases para a opinião com reservas, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do "Município de Gondomar" em 31 de dezembro de 2016, o seu desempenho financeiro e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

Bases para a opinião com reservas

1. Dada a dimensão, multiplicidade e em certos casos antiguidade dos elementos integrantes do imobilizado do Município, designadamente dos bens de domínio público provenientes de exercícios anteriores à implementação do POCAL, associada a sua dispersão, insuficiente informação interna sobre a sua titularidade, critérios e bases de mensuração, bem como a especificidade do setor da Administração Local, não nos é possível emitir uma opinião devidamente fundamentada sobre a plenitude e adequação desta rubrica do balanço, bem como das respetivas depreciações e amortizações, subsídios para investimento e, consequentemente, dos seus efeitos no resultado líquido do exercício. Neste

Anjos & Associados - SROIC, LDA. - Capital Social: 20.000 € - Matriculada no C. R. Comercial com o n.º Órgão da Matrícula e Constituinte 602.976.367
INSCRITA NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SGB D/Nº 112 - INSCRITA NA COMISSÃO DE MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS SGB D/Nº 20161431
SEDE: RUA DO CAMPO ALTORE, 1306, 3.º, ESQ. 207, EDIF. BOTÂNICO - 4160-174 PORTO - TEL/FAX: +351 226807796 - E-mail: geral@anjosoc.pt - www.anjosoc.pt
DELEGAÇÕES: RUA COMANDANTE ANTONIO, 42 - 3700-025 ARINHADA VPR - TEL/FAX: +351 299819460 - E-mail: geral.vpr@anjosoc.pt
AV. CAMPO DAS LARANJEIRAS, 34 - 1.º ANDAR - 4200-026 PAREDES



contexto, apenas nos foi possível obter evidência das operações ocorridas após a implementação do POCAL.

2. O balanço releva dívidas a Instituições de Crédito no montante de 40.635.087,84 euros. Todavia, com base nas circularizações externas efetuadas às Instituições de Crédito constatámos que às mesmas indicaram um valor em dívida de 53.685.853,93 euros.

A divergência de 13.050.766,09 euros está relacionada com um contrato celebrado em 2005 entre o Município e duas Instituições Financeiras, tendo por objeto a cedência de créditos futuros de rendas de habitação, durante 20 anos, que o Município não reconhece como sendo um passivo financeiro de sua responsabilidade. Uma vez que não nos foi possível obter informação adicional sobre as condições do contrato, não podemos emitir uma opinião fundamentada sobre esta divergência.

3. No balanço a rubrica "Provisões para riscos e encargos" evidencia o valor de 11.459.427,83 euros. As respostas dos advogados do Município ao pedido de confirmação externa de responsabilidades decorrentes de processos judiciais em curso, não nos permitiram recolher informações sobre a plenitude dos processos.

Das respostas rececionadas apuramos uma divergência para menos, face às provisões reconhecidas no balanço, de 6,4 milhões de euros.

Nestes termos, concluímos que se verifica pelo menos uma insuficiência de 6,4 milhões de euros, estando por conseguinte o passivo subvalorizado, e os fundos próprios e o resultado líquido do período sobrevalorizados, por igual montante.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.



Ênfases

1. O grau de execução orçamental geral das despesas foi de 84,50%, sendo 91,04% nas despesas correntes e 64,83% nas despesas de capital. Por sua vez, o grau de execução geral das receitas foi de 88,31%, sendo 101,87% nas receitas correntes e 37,13% nas receitas de capital e outras receitas.
2. Pela análise dos elementos das apólices de seguros que referenciamos no processo de auditoria concluímos que a cobertura dos riscos associados aos edifícios e outras construções, relevados no balanço em Imobilizações Corpóreas, representa cerca de 36% do valor contabilístico.
3. É divulgado nas notas 8.2.2 e 8.2.28 do anexo às demonstrações financeiras:
 - 3.1. Foi desagregado e reexpresso no balanço de 2015 o valor da rubrica "outros devedores", relativa à renda de concessão da "Águas de Gondomar, S.A.", onde se evidencia o valor a cobrar a médio e longo prazo e o valor exigível no curto prazo.
 - 3.2. A conta 59 (Resultados transitados) registou um aumento no valor de 841.835,52 euros por contrapartida da conta 21 (Clientes), pelo reconhecimento da dívida da empresa "Águas de Gondomar, S.A." ao Município, relativa à faturação de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) não cobrados aos municípios no âmbito do contrato de concessão com a empresa "Águas de Gondomar, S.A.", bem como do valor que transitou para esta empresa dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento de Gondomar (SMAS), compreendendo o período de 1993 a 2015.
 - 3.3. A conta 51 (Patrimônio) verificou um aumento de 5.434.282,57 euros, por contrapartida da conta 45 (Bens de domínio público), resultante de bens imóveis já pertencentes ao Município à data da realização do inventário inicial em 2003, mas que ainda não se encontravam incluídos no inventário municipal.
4. É divulgado na nota 8.2.12 do anexo às demonstrações financeiras, relação das imobilizações em poder de terceiros cedidas no âmbito de contratos de concessão da exploração dos serviços municipais de abastecimento de água e saneamento.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.



Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na nossa auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da nossa opinião, e não emitimos uma opinião separada a esse respeito.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Imobilizado, fundos próprios e proveitos diferidos (subsídios ao investimento)

Descrição dos riscos de distorção material mais significativa

O imobilizado representa 96% do total do ativo do balanço.

A área de imobilizado foi considerada significativa na nossa auditoria devido à dimensão, multiplicidade e, em certos casos à antigüidade dos elementos integrantes do imobilizado do Município, primordialmente as matérias associadas ao inventário inicial aquando da adoção do POCAL e correspondente valorimetria.

Esta área está diretamente relacionada com as rubrica de fundos próprios e subsídios ao investimento, pelo que efetuamos uma análise e verificação conjunta destes agregados.

Síntese da abordagem de auditoria

Os nossos procedimentos de auditoria incluiram, entre outros:

- Confrontação do inventário do Município com outras fontes de informação, nomeadamente os dados da Autoridade Tributária e da Conservatória do Registo Predial;
- Testes aos procedimentos de controlo interno instituídos;
- Realização, por amostragem, de testes de detalhe aos movimentos do período;
- Avaliação da tempestividade da transferência do imobilizado em curso;
- Análise das atas da Câmara Municipal;
- Análise das apólices de seguros;
- Verificação em que medida as recomendações efetuadas foram implementadas.

Esta matéria está referenciada na secção Bases para a opinião com reservas.



2. Empréstimos obtidos

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

No âmbito da confirmação externa de dívidas às Instituições financeiras verificamos uma divergência de 13.050.766,09 euros entre o valor comunicado por estas entidades e o valor reconhecido pelo Município.

Esta divergência está relacionada com um contrato celebrado em 2005 entre o Município e duas Instituições Financeiras, tendo por objeto a cedência de créditos futuros de rendas de habitação.

Acresce referir que, em exercício anterior, foi reconhecido como proveito diferido uma verba relacionada com este contrato, sendo objeto de imputação a proveitos em cada exercício.

Síntese da abordagem de auditoria

- Analisamos o contrato celebrado em 2005 entre o Município e as Instituições Financeiras;
- Efetuamos reuniões com os responsáveis do Município e recomendamos formal e informalmente a obtenção de esclarecimentos adicionais junto das Instituições Financeiras;
- Verificamos em que medida as recomendações efetuadas foram implementadas.

Esta matéria está referenciada na secção Bases para a opinião com reservas.

3. Provisões para riscos e encargos

Descrição dos riscos de distorção material mais significativas

Esta matéria foi considerada significativa devido à complexidade de identificação, reconhecimento e valorização das obrigações e correlativas provisões associadas a processos judiciais em curso.

No âmbito da solicitação de informações aos advogados respeitantes a responsabilidades por processos judiciais em curso, não obtivemos resposta para a plenitude dos processos.

Das respostas rececionadas apuramos uma insuficiência, face às provisões reconhecidas no balanço, de 6,4 milhões de euros.

Síntese da abordagem de auditoria

- Analisamos as respostas rececionadas dos advogados do Município;
- Relativamente aos processos para os quais não obtivemos respostas, efetuamos diligências adicionais em conjunto com os Serviços do Município;
- Efetuamos reuniões com os responsáveis do Município.

Esta matéria está referenciada na secção Bases para a opinião com reservas.



Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Entidade de acordo com Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL);
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantermos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado



que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

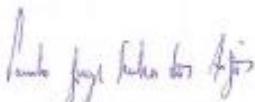


RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 03 de abril de 2017



Anjos & Associados – SROC, LDA
Representada por: Dr. Paulo Jorge Seabra dos Anjos
ROC nº 1520, inscrito na CMVM sob o nº 20161130

Anjos & Associados – SROC, LDA – Capital Social: 30.600 € – Matriculada na C. R. Comercial com o nº 1º imóvel de Matrícula e Contribuinte 502.976.357
INSCRITA NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS ROC O N.º 112 - INSCRITA NA COMISSÃO DE MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS ROC O N.º 20161431
SEDE: RUA DO CAMPO ALBERI, 1909, 2º, ESC. 207, EDIF. BOTÂNICO – 4155-174 PORTO – TEL/F. +351 226007796 – FAX +351 226007797 – E-mail: geral@arbaroc.pt – www.arbaroc.pt
DELEGAÇÕES: RUA COMANDANTE AMORIM, 42 – 3700-423 ARBITANA VPR – TEL/F. +351 298910460 – FAX +351 299910469 – E-mail: geral.sroc@mobiliac.pt
AV. CAMPO DAS LARANJEIRAS, 24 – 1.º ANDAR – 4850-056 PAREDES